

PATRICIA TIEMY KUBOTA

**AS CONSEQUÊNCIAS DA SÚMULA VINCULANTE SOBRE A
INDEPENDÊNCIA DO MAGISTRADO**

**Monografia apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de Bacharel em
Direito, Curso de Graduação em Direito,
Setor de Ciências Jurídicas, Universidade
Federal do Paraná.**

**Orientador: Prof. Manoel Caetano
Ferreira Filho**

CURITIBA

2005

TERMO DE APROVAÇÃO

PATRICIA TIEMY KUBOTA

CONSEQUÊNCIAS DA SÚMULA VINCULANTE SOBRE A INDEPENDÊNCIA DA MAGISTRATURA.

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel no
Curso de Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná,
pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Manoel Caetano Ferreira Filho

Prof. Dr. Alcides Munhoz da Cunha

Prof. Dr. Francisco Pinto Rabello Filho

Curitiba, 24 de outubro de 2005

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Angela e Arnaldo que me proporcionaram a vida e o legado mais importante: a educação.

Ao meu irmão Marcelo, companheiro de todas as horas.

Ao meu amor Fábio, por todo carinho, paciência e dedicação, e por ter me agraciado com o maior dos presentes, nosso pequeno Vítor.

AGRADECIMENTOS

Aos companheiros e amigos de Turma, pelos cinco anos de convivência, em especial aos amigos Suelen, João Luiz, Moisés, Rogério, Renata, Sâmia e Paulo pela lealdade e pelo carinho durante todos os dias de nosso relacionamento.

Ao estimado professor orientador Manoel Caetano Ferreira Filho por ser verdadeiro exemplo de profissional e de pessoa, e pelo privilégio de ter recebido seus ensinamentos. A todos os professores e funcionários do Setor de Ciências Jurídicas pela contribuição prestada.

A Deus, por nos possibilitar todas as realizações.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 1 |
| 2 AS SÚMULAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: VELHAS E NOVAS PERSPECTIVAS | 5 |
| 2.1 SOBRE A SÚMULA SEM EFEITO VINCULANTE | 5 |
| 2.1.1 Conceito | 5 |
| 2.1.2 Origem | 8 |
| 2.1.3 Súmulas e os Tribunais Superiores: Vinculação <i>Interna Corporis</i> | 10 |
| 2.1.4 Função das Súmulas | 11 |
| 2.2 SÚMULAS DE EFEITO VINCULANTE: PERSPECTIVAS NO DIREITO BRASILEIRO | 12 |
| 2.2.1 Conceito | 12 |
| 2.2.2 Origem | 13 |
| 2.2.3 Reclamação | 16 |
| 2.3 JURISPRUDÊNCIA | 19 |
| 2.3.1 Conceito | 19 |
| 2.3.2 Aplicabilidade da Jurisprudência nos Sistemas Jurídicos do Common Law e Civil Law | 20 |
| 2.3.1.1 Stare Decisis | 21 |
| 3 CONSEQUÊNCIAS DAS SÚMULAS VINCULANTES SOBRE O MAGISTRADO | 25 |
| 3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL DO JUIZ NA HISTÓRIA | 25 |
| 3.2 CONSEQUÊNCIAS DA ADOÇÃO DO EFEITO VINCULANTE SOBRE A INDEPENDÊNCIA DA MAGISTRATURA | 27 |
| 3.2.1 Princípio do Livre Convencimento | 32 |
| 3.2.2 Consequências da Súmula Vinculante sobre a Força Criadora da Decisão Judicial: O Papel do Juiz na Atualidade | 34 |

| | |
|--|-----------|
| 4 SOBRE A POSIÇÃO DOS DOUTRINADORES ACERCA DO TEMA..... | 40 |
| 4.1 ARGUMENTOS FAVORÁVEIS A ADOÇÃO DA SÚMULA VINCULANTE | 40 |
| 4.2 ARGUMENTOS CONTRA A ADOÇÃO DA SÚMULA VINCULANTE..... | 43 |
| 5 CONCLUSÃO..... | 48 |
| REFERÊNCIAS..... | 56 |

RESUMO

Dentro de um contexto perturbado, em que entra em cena a polêmica Reforma do Judiciário, é mister focar as atenções e proceder aos debates. Escolhe-se, ora, a introdução do instituto da súmula vinculante no ordenamento jurídico brasileiro pela Emenda Constitucional 45/2004 como objeto de investigação. Com efeito, faz-se com relação às consequências sobre a independência do magistrado sob duas perspectivas: a primeira, quanto ao princípio da livre convicção do juiz; a segunda, quanto à função política da magistratura, quer dizer, à força criadora da decisão judicial. Tecem-se para tanto as devidas considerações acerca da súmula sem efeito vinculante, tal como empregada até o advento da referida emenda; perpassando por uma sucinta análise acerca do papel da jurisprudência nos sistemas jurídicos da *common law* e da *civil law*, detendo-se na doutrina do *stare decisis*, que acredita-se, tenha sido fonte de inspiração para as súmulas vinculantes que hoje vigoram. Não se esquece ainda, de registrar o debate doutrinário, com a transcrição das acesas opiniões dos juristas mais inquietos.

Palavras-chave

Súmula – Reforma do Judiciário – súmula vinculante – *stare decisis* – independência da magistratura – livre convicção – função política do juiz.

1 INTRODUÇÃO:

Sabe-se que o judiciário brasileiro vive um momento de desprestígio. Deficiente, anacrônico, ineficiente, inoperante, enfim, são inúmeras e constantes as críticas ao Poder Judiciário, tomando-se assente a idéia de que as instituições judiciais são (ou “estão”) incapazes de responder às demandas por justiça, e de corresponder aos anseios sociais.

Em diferentes graus, é certo que os mais variados setores da sociedade, em consenso, não deixam de manifestar o descrédito no judiciário. Elege-se, neste cenário, sem ignorar a existência dos demais fatores, a crônica demora na tramitação dos processos como elemento determinante desta crise de legitimidade que vive a máquina judiciária.

Destarte, após anos de debates, hodiernamente entra em cena a Emenda Constitucional nº 45, de 08.12.04, que *"altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103-B, 111-A e 130-A, e dá outras providências"*, sobre a **Reforma do Poder Judiciário**, que tramitou durante anos no Congresso Nacional.

Este é assunto que ora ganha vulto nos meios acadêmicos, entre juristas, advogados, operadores do direito. É um momento, pois, de fundamental importância, em que se propõe a reflexão, em que se travam as mais acaloradas discussões acerca do tema, como não podia deixar de ser. Está em pauta a Reforma, com o peso e a dimensão subjacente, e, portanto, é preciso fazer uma pausa e aventar as consequências vindouras que certamente acarretarão profundas transformações para o futuro do mundo jurídico brasileiro.

Neste crisol, chama atenção detidamente, a alteração que acrescenta o art. 103-A, e que atribui às Súmulas do Supremo Tribunal Federal efeito vinculante. Dentre os temas abordados na Reforma, parece ser esta uma das grandes “estrelas” da cena, com magnitude tal que tem mobilizado a comunidade jurídica na mesma proporção. É motivo

pelo qual ora debruça-se sobre a temática, registrando-se desde já que ficará o trabalho a ser desenvolvido adstrito à análise das consequências do efeito vinculante das súmulas sobre o juiz, precisamente em relação à sua independência. Fica, portanto, delimitado o espaço em que se pretende transitar em virtude da grandeza do tema.

Diante da então anunciada “crise do Poder Judiciário”, a Reforma entra na pauta das discussões mais atuais. Com efeito, trata-se de verdadeira tentativa de se recuperar a legitimidade da justiça brasileira.

Assim, a adoção do instituto da súmula vinculante constitui para muitos uma expectativa plausível de resolver aquele que talvez seja um dos grandes problemas enfrentado pelos Tribunais Superiores do Judiciário brasileiro: o amontoado incontido de causas ditas “idênticas”. A proposta de tornar vinculantes as súmulas do STF, figura, nesse sentido, como tentativa de desafogar o excesso de serviço das referidas instâncias, agilizando a prestação jurisdicional.

Acerca das súmulas, na seara conceitual, tem-se que consistem em enunciados dos Tribunais Superiores, contendo a interpretação uniformizada sobre uma determinada matéria. É expressão de que se valeu o Ministro Victor Nunes Leal, então na década de 60, quando introduzida a Súmula no sistema jurídico brasileiro. Justificou-se sua incorporação por razões práticas: garantir maior estabilidade à jurisprudência, facilitando *o trabalho do Tribunal, tornando mais célere a ação de seus julgadores*. Foram instituídas, ressalte-se, na condição de “orientação predominante e segura, mas sem força vinculativa obrigatória e definitiva para todos os órgãos do Poder Judiciário”.¹

Vinculação, por sua vez, implica em filiação forçosa, de modo que, juridicamente, significa submeter uma decisão à outra, anterior. Resulta, finalmente, a *Súmula Vinculante*, que designa o resumo da jurisprudência dominante de um determinado Tribunal Superior, quer seja, o STF, com efeito vinculativo e eficácia *erga omnes* relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo.

¹ ROCHA, C. L. A. *Sobre a Súmula Vinculante*. Artigo disponível em: <http://www.teiajuridica.com/artigos.htm>. Consultado em 14.mai.2005.

A Súmula Vinculante entra no expediente da reforma como instrumento para dinamizar a prestação jurisdicional representando, portanto, “o histórico desejo da dogmática jurídica dominante em conceder à jurisprudência brasileira um caráter vinculante, aproximando nosso sistema ao da *common law* (...)”.²

Todavia, longe de ser consenso, a introdução do efeito vinculativo tem sido desde sua propositura alvo de acesas controvérsias na comunidade jurídica. Os principais argumentos em favor do efeito vinculante, são os de reduzir a incerteza quanto às decisões conflitantes de diversos julgadores (segurança jurídica), e, principalmente, de incrementar a celeridade e economia processuais. Mas nem estes argumentos parecem sensibilizar os mais ponderados. Temem estes as consequências de sua instituição para todo o aparato da Justiça: para os jurisdicionados, a discussão concentra-se no que concerne ao acesso à justiça e à garantia constitucional do devido processo legal; para os membros do Poder Judiciário, a discussão precípua situa-se na órbita da afronta à independência dos magistrados assim como à supressão de instâncias (duplo grau de jurisdição).

Emerge, então, a polêmica. Questiona-se neste ponto, se é jurídico e operacionalmente válido que os entendimentos dos juízes da instância máxima vinculem juízes e tribunais de instâncias inferiores? A questão que se quer tratar precisamente é, como fica a independência destes julgadores na formação de suas convicções na concretização do caso, na liberdade de interpretação das normas diante do fato, da força criadora das decisões judiciais?

O que ora se propõe, portanto, é a singela abordagem do tema neste pequeno espaço de análise das consequências da súmula vinculante sobre o magistrado, precisamente quanto à sua independência. Não abordar-se-á de modo algum neste trabalho outras temáticas, sem ignorar a relevância, tais como a inconstitucionalidade da súmula, ou as consequências de sua adoção para os jurisdicionados, *verbi gratia*.

² STRECK, L. L. Súmulas no Direito Brasileiro: eficácia, poder e função: a ilegitimidade constitucional 4do efeito vinculante. 2º ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998. p. 30.

Desse modo, no primeiro capítulo far-se-ão breves considerações acerca do instituto das súmulas, conceito e perspectiva histórica; bem como um apanhado geral das tentativas de adoção das súmulas de efeito vinculante no ordenamento jurídico brasileiro; e um resumo das principais características dos sistemas *common* e *civil* law, destacando a doutrina do *stare decisis*, a qual, acredita-se tenha inspirado a formatação da súmula nos moldes que se pretende adotar.

No segundo capítulo, centrar-se-ão as atenções na figura do magistrado. Cuida-se precisamente da análise das consequências de efeito vinculante sobre a independência de juízes e tribunais de instâncias inferiores em um espaço democrático como hoje se vive; da livre convicção do juiz acerca na concretização do caso concreto; e também examina-se as consequências sobre o papel político do juiz.

No terceiro e último capítulo, finalmente ter-se-á o espaço do debate doutrinário, verificando como tem se posicionado renomados juristas, operadores do direito diante da polêmica; alguns com argumento a favor; outros radicalmente contra; seguindo, por fim, a apreciação pessoal da autora.

2 AS SÚMULAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: VELHAS E NOVAS PERSPECTIVAS.

Trata-se neste capítulo das Súmulas no ordenamento jurídico brasileiro, da antiga formatação a mais recente novidade, quer seja, a súmula de efeito vinculante, *pretendendo, pois, tecer algumas considerações acerca do próprio conceito de súmula, bem como um apanhado histórico sobre sua origem e sua função, para assim compor o conceito de súmula vinculante, fazendo-se as devidas considerações históricas das principais tentativas de se estabelecer tal instituto no direito brasileiro.*

É também oportuna a análise do papel da jurisprudência nos sistemas *civil e common law*, abordando as principais diferenças entre eles, uma vez que o mecanismo do *stare decisis*, um dos pilares do sistema anglo-americano, serviu de inspiração, por assim dizer, da súmula vinculante hoje adotada no ordenamento brasileiro, de natureza eminentemente romanística. Serve tal análise de pano de fundo para se aventar a proficiência ou as desvantagens que o efeito vinculante poderá causar sobre a atividade *judicante*.

2.1 SOBRE A SÚMULA SEM EFEITO VINCULANTE

2.1.1 Conceito

A palavra súmula tem raízes no latim *summula* que significa sumário, restrito. No ordenamento jurídico brasileiro “súmula” encontra significados diversos, dentre os quais *consiste simplesmente no resumo de um julgado enunciado pelo órgão julgador, ou na síntese da orientação jurisprudencial de um tribunal que é editada em numeração seqüencial.*

Didaticamente pode-se afirmar que são fórmulas que sintetizam decisões assentadas pelo tribunal em relação a determinados temas específicos, servindo de

orientação à comunidade jurídica de um modo geral, harmonizando eventuais julgamentos futuros que possuam semelhança com aqueles que lhes deram origem.

Conforme assentado em 15.10.80 no regimento interno do Supremo Tribunal Federal:

“Art. 102. A jurisprudência assentada pelo Tribunal será compendiada na ‘Súmula do Supremo Tribunal Federal’

§1º. A inclusão de enunciados na Súmula, bem como a sua alteração ou cancelamento, será deliberada em plenário, por maioria absoluta.

§2º. Os verbetes cancelados ou alterados guardarão a respectiva numeração com a nota correspondente, tomando novos números os que forem modificados.

§3º. Os adendos e emendas à Súmula, datados e numerados em séries separadas e sucessivas, serão publicadas três vezes consecutivas no Diário da Justiça.

§4º. A citação da Súmula, pelo número correspondente, dispensará, perante o Tribunal, a referência a outros julgados no mesmo sentido.

Art. 103. Qualquer dos Ministros pode propor a revisão da jurisprudência assentada em matéria constitucional e da compendiada na Súmula, procedendo-se ao sobrestamento do feito, se necessário”³.

Nesta seara conceitual, vale examinar as contribuições da doutrina.

Para a jurista CARMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA, em lição sobre o tema:

“Em dois sentidos se tem empregado a palavra súmula no direito positivo brasileiro: no primeiro, tem-se a súmula como sendo o resumo de um julgado, enunciado formalmente pelo órgão julgador; no segundo, constitui ela o resumo de uma tendência jurisprudencial adotada, predominantemente, por determinado tribunal sobre matéria específica, sendo enunciada em forma legalmente definida e publicada em número de ordem.”⁴.

Nesse último sentido, *súmula* surge, portanto, da repetição de julgamentos, tentando-se desta forma definir um *standard* de interpretação acerca de uma determinada norma ou matéria.

No mesmo senso, corrobora SÉRGIO SÉRVULO DA CUNHA preceituando que "as súmulas são enunciados que, sintetizando as decisões assentadas pelo respectivo

³ STRECK, op cit. p. 110.

⁴ Op. cit.

tribunal em relação a determinados temas específicos de sua jurisprudência, servem de orientação a toda a comunidade jurídica”⁵.

Complementando, JOSÉ CELSO DE MELO FILHO⁶, citado por ANCHIETA 1998, p. 51.), aduz que “a súmula deve revestir de valor meramente persuasivo, que será maior ou menor, na medida do prestígio jurídico de que desfrutem os juízes ou tribunais de onde ela procede”.

Por fim, brilhante a exposição de EVANDRO LINS E SILVA em seu artigo Crime de Hermenêutica e Súmula Vinculante, segundo o qual: “a Súmula resolve com toda a rapidez os casos que sejam repetição de outros julgados, por simples despacho de poucas palavras do relator (...) É muito difícil, deve ser raríssimo o caso de rebeldia contra as súmulas. Ao contrário, os juízes de segunda e primeira instâncias não apenas as respeitam, mas as utilizam, como uma orientação que muito os ajuda em suas decisões...”⁷

À luz das contribuições doutrinárias constrói-se o conceito-base sobre o qual debruçar-se-á no decorrer de todo o trabalho. Tem-se que, após repetidas decisões dos tribunais em um mesmo sentido as súmulas são entendimentos cristalizados, por assim dizer, e devidamente editados, sobre determinado tema específico de competência do respectivo tribunal. Expressam, pois, o posicionamento da Corte sobre determinada matéria com caráter referencial, sem qualquer feição de obrigatoriedade para os julgadores de instâncias inferiores, ainda que na prática a tendência natural seja de acompanhá-las.

É mister frisar, neste ponto, que a edição da súmula depende de uma uniformidade nos julgamentos acerca de determinada matéria, capaz de sedimentar certa orientação jurisprudencial. Ou seja, é preciso que exista um número significativo de demandas sobre a mesma questão jurídica, de modo a ensejar uma discussão dentro do

⁵ CUNHA, S. S. da. *O Efeito Vinculante e os Poderes do Juiz*. São Paulo : Saraiva, 1999. p. 124.

⁶ *Jornal Gazeta Mercantil*, 18/08/97 p.A-10.

⁷ SILVA, E. L. e. *Crime de Hermenêutica e Súmula Vinculante*. Artigo disponível em: <http://campus.fortunecity.com/clemson/493/jus/m05-011.htm>. Consultado em 14.mai.2005.

próprio tribunal e posteriormente a tornar-se um consenso, consagrando-se como entendimento pacífico.

Ressalte-se assim, a natureza de orientação própria das súmulas. A autoridade da súmula é persuasiva meramente. Juízes e tribunais inferiores acolhê-las-ão conforme o livre entendimento que lhes cabe, a liberdade de interpretação.

A súmula tem previsão no direito brasileiro nos termos dos arts. 476 a 479 do Código de Processo Civil, e consiste, conforme a arguta observação de CÂNDIDO DINAMARCO, citado por NAGIB SLAIB FILHO quando escreveu o Prefácio da primeira edição do livro de STRECK, em “mais do que um conselho e menos do que uma ordem”. E por não ser vinculativa, não basta que o juiz faça referência à súmula tão somente, é imprescindível a fundamentação da sentença.

2.1.2 Origem:

O instituto das súmulas no ordenamento jurídico brasileiro encontra origem na década de 60, com a Súmula de Jurisprudência Predominante consagrada no *Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal*, por inspiração do então ministro Victor Nunes Leal. Foi instituída por razões práticas: solucionar o problema do excesso de serviço, sem que para tanto se tivesse que reduzir a competência daquele Tribunal, além de garantir maior estabilidade à jurisprudência em nome do princípio da igualdade.

Assim, às causas ditas idênticas dever-se-ia dar o mesmo tratamento, ou seja, *mesma solução dentro de um mesmo contexto social e histórico, promovendo, desse modo, uma “maior segurança jurídica”* aspirada pela sociedade leiga e pela comunidade jurídica em geral, além de organizar os trabalhos dos tribunais superiores imprimindo celeridade e eficiência.

“Por isso é que Victor Nunes Leal acentuava, em escólios sobre o tema e em citação muitas vezes transcrita, que “a ‘súmula’ realizou o ‘ideal do meio-termo, quanto à estabilidade da jurisprudência..., ela ficou entre a dureza implacável dos antigos assentos da Casa da

Suplicação, ‘para a inteligência geral e perpétua da lei’, e a virtual inoperância dos prejudgados. É um instrumento flexível, que simplifica o trabalho da Justiça em todos os graus, mas evita a petrificação, porque a ‘súmula’ regula o procedimento pelo qual pode ser modificada... Firmar a jurisprudência de modo rígido não seria um bem, nem mesmo seria viável. A vida não pára, nem cessa a criação legislativa e doutrinária do Direito. Mas vai uma enorme diferença entre a mudança, que é freqüentemente necessária, e a anarquia jurisprudencial, que é descalabro e tormento. Razoável e possível é o meio-termo, para que o STF possa cumprir o seu mister de definir o direito federal, eliminando e diminuindo os dissídios da jurisprudência”⁸.

A natureza da súmula era, portanto, regimental, visando em primeiro lugar, descongestionar os trabalhos do tribunal, consagrando o princípio da celeridade processual. E em segundo lugar, a edição da súmula levava ao conhecimento da comunidade jurídica do país a posição do tribunal sobre as questões mais freqüentes. Isso gerou severas críticas e resistências à adoção do instituto sob os mais variados argumentos. Temiam alguns que levasse a uma estagnação da jurisprudência, comprometendo a natureza que lhe é própria; temiam outros que pudesse a súmula revestir-se com força de lei.

Para apaziguar as almas mais temerosas, Victor Nunes, criador da súmula explicou e ressaltou que a súmula não obrigaria nenhum juiz a seguir o entendimento firmado, não tinha caráter impositivo ou obrigatório, podendo ser alterada a qualquer momento, por sugestão dos ministros ou das partes, através de agravo contra o despacho de arquivamento do recurso extraordinário ou do agravo de instrumento.

Nesta formatação, foi acolhida então, a súmula no Regimento Interno do Superior Tribunal Federal, passando a vigorar a partir de 1º de março de 1964, enfatizando-se que:

“o STF tem por predominante e firme a jurisprudência aqui resumida, embora nem sempre tenha sido unânime a decisão nos precedentes relacionados na Súmula. Não está, porém, excluída a possibilidade de alteração do entendimento da maioria nem pretenderia o tribunal, com a reforma do Regimento, abdicar da prerrogativa de modificar sua própria jurisprudência. Ficou, assim, explícito que qualquer dos ministros, por ocasião do julgamento, poderá ‘propor ao tribunal a revisão do enunciado constante da Súmula’. Quando se tratar de declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade, pelo voto da maioria absoluta do tribunal, a

⁸ ROCHA, op. cit.

reabertura do debate deverá contar, pelo menos, com o apoio de três ministros (RISTF, art. 87, § 6º)⁹.

Mais tarde, em 1973 foi prevista pela primeira vez em lei a súmula no direito brasileiro, nos termos do art. 479 do Código de Processo Civil:

“Art. 479: o julgamento tomado pelo voto da maioria absoluta dos membros que integram o tribunal, será objeto de súmula e constituirá precedente de uniformização da jurisprudência. §único: os regimentos internos disporão sobre a publicação no órgão oficial das súmulas de jurisprudência dominante”.

Destarte, esse procedimento de uniformização de jurisprudência constituiu verdadeiro rompimento com o sistema que vigorava há mais de cinquenta anos e foi *instituído movido* pela existência de divergência jurisprudencial acerca das normas jurídicas, para evitar que coexistam em um mesmo tribunal, julgados diferentes acerca de uma mesma matéria.

2.1.3 Súmulas e os Tribunais Superiores: Vinculação *Interna Corporis*

Como se viu, a súmula não tem caráter cogente. Todavia, no que pertine ao próprio tribunal, *interna corporis*, assume caráter vinculante. Trata-se do denominado incidente de uniformização da jurisprudência, cujo escopo é manter o quanto possível a homogeneidade jurisprudencial.

Assim, se as súmulas são meros enunciados descritivos que não prescrevem conduta obrigatória para as instâncias inferiores, formalmente vinculam seu órgão emissor, assumindo verdadeiro caráter de norma geral.

“Em decorrência, fazendo uma transposição que a própria Teoria Pura do Direito, Bottallo (ibidem) sugere que é possível dizer que as Súmulas, integradas que estão, v.g., no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, têm seu âmbito de validade restrito aos membros dessa Corte e compõem, em conjunto com referido Regimento, uma ordem jurídica parcial análoga

⁹ STRECK, op. cit., p. 109.

aos estatutos de uma corporação. Seus enunciados, continua, para efeitos dos julgamentos feitos de competência do Pretória Excelso, constituem normas gerais, que vêm a ser pressuposto necessário para que a decisão do caso precedente possa ser ‘vinculante’ no desiderato de casos ‘semelhantes’ ou ‘iguais’. Conseqüentemente, as Súmulas representam uma espécie de ‘moldura’ dentro da (e de acordo com a) qual será produzida a norma individual de que fala Kelsen (1979, pp. 466-467) pelo Supremo Tribunal (ou Superior Tribunal de Justiça, etc.), no exercício e nos limites de sua competência”¹⁰.

A assertiva, no entanto, de que as súmulas vinculam *interna corporis* é em si mesma digna de controvérsia dentre os doutrinadores da Teoria Geral do Direito. A citação supramencionada se encaixa no modelo Kelseniano¹¹, e é contestado por TERESA ARRUDA ALVIM, segundo a qual tal modelo é insuficiente, pois existe uma norma constitucional pela qual ninguém é obrigado a proceder com determinada conduta senão em virtude de lei, seja qual for norma infraconstitucional, e aí se incluem os regimentos internos dos tribunais, de modo que vincular a conduta das instâncias inferiores implica em incoerência no sistema¹².

A discussão, portanto, concentra-se basicamente na atribuição de caráter normativo à jurisprudência contida na súmula ou não, o que passa pela questão da (in)constitucionalidade das súmulas, questão essa, frise-se, que não se pretende adentrar neste trabalho. Basta a título de referência, portanto.

2.1.4 Função das Súmulas

Brilhante a contribuição de LENIO LUIZ STRECK no que se refere aos propósitos das súmulas no direito brasileiro. Segundo o autor: “Por intermédio do poder de editar Súmulas e, por conseqüência, da prerrogativa última de dar a condição de sentido das normas jurídicas, os tribunais superiores, em especial o Supremo Tribunal

¹⁰ Loc.cit., p. 118.

¹¹ Segundo tal modelo o sistema jurídico é composto de normas que buscam validade umas nas outras, num movimento ascendente, até a norma fundamental, havendo coerência entre elas.

¹² Ibid., p. 120.

Federal, o Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, proporcionam a coesão ideológica do sistema e a sistematização jurisprudencial”¹³.

Entende-se, portanto, que a sumulação de matérias com a uniformização de decisões em um determinado momento histórico, evita a perplexidade de decisões absolutamente antagônicas acerca do mesmo assunto o que poderia levar a incerteza aos negócios jurídicos, além de imprimir maior celeridade processual, pois dá fim ao amontoado de causas ditas “idênticas” que lotam os Tribunais Superiores.

2.2 SÚMULAS DE EFEITO VINCULANTE: PERSPECTIVAS NO DIREITO BRASILEIRO

2.2.1 Conceito

As súmulas de efeito vinculante são as súmulas editadas ordinariamente pelo STF, porém lhes é atribuído o chamado “efeito vinculante”, que as torna obrigatórias aos *juizes de instâncias inferiores*.

Resulta, então, a súmula vinculante, que designa o resumo da jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, com efeito vinculativo e eficácia *erga omnes* relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo.

Destarte, a súmula não mais se contém nos lindes de uma questão processual, *concernente a quem seja parte numa relação processual*, mas passa a *tratar-se* propriamente de um problema jurídico-político, atinente a todo povo brasileiro

Nessa perspectiva, a adoção do instituto da súmula vinculante constitui para muitos uma expectativa de solucionar aquele que talvez seja um dos grandes problemas enfrentado pelos Tribunais Superiores do Judiciário brasileiro que é o amontoado de *causas repetidas que se avolumam nos tais tribunais*. A proposta de tornar vinculante as

¹³ Op. cit., pp. 48-49

súmulas figura, nesse sentido, como tentativa de desafogar o excesso de serviço das referidas instâncias, agilizando assim, a prestação jurisdicional.

2.2.2 Origem

Quanto ao efeito vinculante no ordenamento jurídico brasileiro, de fato não se trata de verdadeira inovação. Historicamente muitos foram os esforços para se tentar *imprimir tal efeito às súmulas*. É preciso, portanto, antes de tudo, promover uma digressão histórica para se identificar a origem do referido instituto no direito brasileiro.

Enquanto colônia da Coroa Portuguesa, o Brasil conheceu o instituto dos "assentos", que se impunham como única hermenêutica aos órgãos jurisdicionais, e cujo objetivo era senão manter o controle político da monarquia absolutista sobre as decisões judiciais. Estes assentos surgiram no Direito Português objetivando uniformizar a jurisprudência, de modo que se concedia ao Judiciário a prerrogativa de determinar o entendimento de uma lei quando houvesse divergências a seu respeito.

No Brasil, o regime jurídico dos assentos surge no Império. Eram firmados pela Casa da Suplicação, nos termos das Ordenações Manuelinas, com a finalidade precípua de *extinguir dúvidas jurídicas suscitadas em causas submetidas a julgamento*. Tratava-se de precedentes vinculativos, constituindo verdadeira interpretação legislativa, com força de lei.

As soluções dadas aos casos que se constituíssem objeto de dúvida por aquela Casa e definidas nos *assentos* convertiam-se, portanto, em normas, tendo sido adotada essa figura pelas Ordenações Filipinas, e também na Lei da Boa Razão.

Com a Proclamação da Independência do Brasil, as idéias liberais disseminadas universalmente pela Revolução Francesa e pela Constituição Americana acabaram por determinar o fim dos assentos tomados pela Casa da Suplicação. Isto porque a atividade legislativa passava a incumbir unicamente ao Poder Legislativo, diante da nova ordem.

A República extinguiu o debate e a prática sobre os assentos, todavia, não resolve a idéia de uniformizar a jurisprudência. Conheceram-se e adotaram-se os institutos do *prejulgado* e da revista que consistiam em pronunciamentos prévios e dirimentes de conflitos hermenêuticos que se apresentem em face de situações concretas.

O instituto do *prejulgado* foi adotado primeiramente em matéria processual civil, e depois em matéria trabalhista. Na esfera do Direito do Trabalho os juízes e demais órgãos ficavam adstritos à interpretação posta pelo Tribunal Superior do Trabalho obrigatoriamente. Destarte, foi tal instituto reputado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, por invadir a esfera legislativa, extrapolando as competências judiciárias.

Seguindo a discussão sobre o processo de uniformização da jurisprudência, tem-se a proposta apresentada pelo Instituto dos Advogados Brasileiros no ano de 1946, à Constituinte. Sugeriu o jurista Haroldo Valladão, autor do texto, a adoção da 'resolução unificadora da jurisprudência do STF' no ordenamento jurídico brasileiro, com natureza obrigatória para juízes e demais tribunais, proposição esta que não recebeu acolhida por parte do Constituinte. O mesmo autor volta a defender sua proposta quando da elaboração do Anteprojeto de Lei Geral de Aplicação de Normas Jurídicas, em 1964, pretendendo dar efeito vinculante às decisões da Corte Suprema. Novamente, é rejeitado.

No início da década de 70, nova apresentação desta "jurisprudência obrigatória", nos moldes da tentativa de Valladão emerge com o prof. Alfredo Buzaid, no anteprojeto do Código de Processo Civil. Pretendeu o autor a reintrodução dos assentos vinculantes como os da legislação portuguesa. Rejeitado pela opinião pública e dos doutos, também não vingou, sob o argumento de que seria *incompatível* com o princípio da separação dos poderes, uma vez que se estaria a invadir a esfera de domínio do Poder Legislativo.

A Comissão Revisora rejeitou a proposta assim apresentada, adotando-se no Código de Processo Civil a edição de *súmula* para uniformização de jurisprudência, conforme encerrado nos artigos 476 e seguintes do referido diploma.

Por ocasião da pretendida revisão constitucional de 1993, intentou-se novamente conferir às súmulas tal caráter normativo, com eficácia *erga omnes* e efeito vinculante aos Órgãos do Judiciário e à Administração Pública em geral, mais uma vez sem lograr êxito.

Depois da fracassada revisão de 1993/94, nova tentativa de introduzir o efeito vinculante veio encerrada no projeto de lei nº 3804-A, de autoria do deputado Jairo Carneiro, pretendendo, entre outras coisas, por intermédio de emenda à Constituição, dar efeito vinculante às súmulas dos tribunais superiores e à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, alterando-se os arts. 478 e 479 do Código de Processo Civil, sob o argumento de que havia necessidade de se obstar as “demandas múltiplas” acerca de uma mesma questão, as quais poderiam gerar decisões conflitantes. Na Câmara o projeto recebeu emenda supressiva do Deputado Paes Landim, que entendeu inconstitucional o art. 479 e parágrafos, pois impedia o acesso à jurisdição às partes, e ao juiz sua independência.

No mesmo sentido, a PEC nº 54/95, do Sen. Ronaldo Cunha Lima, pretendeu introduzir a vinculação jurisprudencial em nosso sistema. Tal projeto continha nova redação ao parágrafo 2º do art. 102 da Magna Carta, com o escopo de dar sentido uniforme à prestação jurisdicional às decisões do STF, as quais seriam de obediência compulsória pelos aplicadores da lei tanto do Poder Executivo, quanto os demais juízes da magistratura nacional. De acordo com o senador paraibano, o efeito vinculante evitaria transtornos como o caso dos 147% dos aposentados, que receberam decisões diferentes, mesmo após o STF ter-se pronunciado sobre o assunto.

Finalmente, entra em cena a Emenda Constitucional nº 45, de 08.12.04, que *"altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103-B, 111-A e 130-A, e dá outras providências"*, sobre a Reforma do Poder Judiciário. Interessa-nos o art. 103-A que institui a súmula de efeito vinculante, dispondo que o STF poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional,

aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

A súmula, segundo o § 1º do referido dispositivo, tem por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica. O § 2º outorga àqueles que podem propor a *ação direta de inconstitucionalidade* a faculdade de provocar a revisão, cancelamento ou aprovação de súmula, e por fim, o §3º preceitua que do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Tribunal que a houver editado, o qual julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

Vê-se, portanto, que as súmulas de efeito vinculante não são novidade no ordenamento jurídico brasileiro. A tentativa de se impor um tipo de hierarquia interpretativa da lei, imposta de cima para baixo faz parte da história do dogmatismo brasileiro, e hoje logra êxito, apesar da grande polêmica que suscita o tema.

2.2.3 Reclamação

Tem-se que o objetivo declarado do dispositivo supracitado é o de evitar a divergência de entendimentos entre órgãos judiciários ou entre estes e a Administração Pública, sempre que estiver em causa matéria de índole constitucional já decidida e cristalizada em súmula do Supremo Tribunal. A súmula visa à uniformização de entendimentos como já era conhecida do direito processual brasileiro. A novidade reside no qualificativo "vinculante" que se lhe atribuiu.

Pelo novo instituto, a decisão do Supremo obrigatoriamente deve ser obedecida pelos tribunais e juízes, assim como pelos agentes do Poder Executivo, em caráter cogente. Mas, e se mesmo após editada a súmula for praticado algum ato – judicial ou administrativo – contrário ao seu sentido? Assim, temos a seguinte situação: a súmula "vinculante" obriga, mas pode eventualmente ser descumprida, e, nessa hipótese, um instrumento auxiliar, para garantir sua autoridade, será a reclamação.

Nesse sentido, o próprio presidente do Supremo Tribunal Federal, Min. Celso de Mello, tem restrições à adoção do efeito vinculante, pois, para ele, “ainda que prevaleça o princípio da súmula vinculante, o juiz não será obrigado a decidir conforme a súmula, não há, portanto, como se impedir a sustentação em juízo de teses diametralmente opostas”¹⁴.

Desse modo, a própria Constituição, no texto reformado, já prevê remédio para solucionar tal situação, nos termos do §3º do art. 103-A.

Emergem, desta feita, questões sobre as quais é preciso tecer algumas breves considerações em relação à reclamação no caso de ao controle difuso de constitucionalidade e de tutela antecipatória.

“Imaginando a hipótese de um juiz singular que deixe de aplicar a súmula expedida pelo STF por entender inconstitucional exercendo, dessa maneira, o controle difuso de constitucionalidade, não estaria contrariando a súmula e, nem muito menos a aplicando indevidamente. Por uma razão lógica, ou seja, se contrariar é um ato sempre volitivo que se define como fazer o contrário de alguma coisa, não é de se espantar, hipoteticamente, se um juiz deixar de aplicar a sobredita medida por não estar convencido de seus fundamentos constitucionais. Neste momento, este juiz não estaria contrariando súmula em hipótese nenhuma, mas sim exercendo o seu dever como poder republicano de ser um intérprete livre da constituição (art. 93, IX CRFB). Uma exegese contrária às afirmações esculpidas no parágrafo anterior, indubitavelmente levantaria questionamentos sobre o tempo de vida do exercício do controle difuso no direito brasileiro. Malgrado a discussão do conflito do texto da reforma com a Constituição vigente, se faz mister trazer o debate para o campo prático, da realidade imanente. Imagine-se uma decisão desse mesmo juiz que deixe de aplicar a súmula em sede de tutela de urgência, como é o caso da tutela antecipada, o réu condenado pelo juiz na tutela antecipada resolve interpor *reclamação* junto ao STF para que este órgão jurisdicional casse a decisão que contrariou a respectiva matéria sumulada, utilizando os mesmos argumentos dos defensores da reforma, a conclusão que pode ser retirada, pelo exemplo citado acima, consiste

¹⁴ Folha de São Paulo, 19/04/97, Brasil, 1-4.□

na própria incongruência de origem finalística fundamentada pelos defensores de tal medida, ou seja, a celeridade processual”¹⁵.

Com efeito, em matéria de reclamação é comum falar-se em “crime de responsabilidade” para referir-se ao descumprimento reiterado dessas súmulas, fato que *compromete flagrantemente o livre convencimento do juiz, o qual obrigatoriamente deverá seguir o entendimento do tribunal superior*. É sem dúvida o renascimento do chamado Crime de Hermenêutica, nominado por Rui Barbosa.

Tal episódio é resgatado por EVANDRO LINS E SILVA e marca a temática do efeito vinculante no direito brasileiro, valendo a pena a transcrição:

"Faz mais de um século e o assunto se tornou atual em face da anunciada reforma do Poder Judiciário. Nos albores da República, um Juiz de Direito do Rio Grande do Sul considerou inconstitucional e negou aplicação a uma lei estadual, que abolira certas características essenciais à instituição do júri, como o voto secreto e as recusas peremptórias, sem justificação das partes. Os desembargadores do Tribunal de Justiça pensavam de modo contrário, entendiam que a lei era constitucional e resolveram processar o juiz por crime de prevaricação, condenando-o à pena de nove meses de suspensão do emprego. Rui Barbosa, autor que parece não ser muito lido ou do agrado dos nossos neoliberais, tomou a causa do magistrado, principiando por dizer que defendia também ‘dois elementos que no seio das nações modernas constituem a alma e o nervo da liberdade: o júri e a independência da magistratura’ (vide: Os Grandes Julgamentos do Supremo Tribunal Federal, de Edgard Costa, 1º vol., págs. 68 a 70). À segunda parte da defesa, Rui, com sutil ironia, deu o título de ‘novum crimen e o crime de hermenêutica’, sustentando a tese da autonomia intelectual do juiz, para que não se converta ‘em espelho inerte dos tribunais superiores’, quando a sua existência seria ‘um curso intolerável de humilhações’. Havia duas opiniões, na interpretação da lei, ambas proferidas ‘com a mesma sinceridade’. E Rui sintetiza: ‘A questão, em última análise, se reduz, pois, a isto: um conflito intelectual de duas hermenêuticas, falíveis ambas e ambas convencidas’. A condenação do juiz resultava do ‘delito de interpretação inexata dos textos’, e o Tribunal Superior não tem o dom da infalibilidade: ‘Um parecer subalterno pode ter razão contra julgados supremos, um voto individual contra muitos’. A controvérsia é o cerne dos debates judiciários, em qualquer causa, onde os advogados sustentam posições antagônicas quanto ao direito das partes. Na aplicação da mesma lei varia a opinião dos juizes. E nos tribunais, é freqüente haver votos vencidos, isto é, interpretações diferentes. Rui ainda indaga qual o corretivo a ser dado ao juiz quando o Tribunal reprova o erro da decisão inferior: ‘A reforma da sentença? Ou a punição do juiz? Se, além da reforma da sentença se houvesse de proceder a acusação do magistrado, uma jurisprudência tal negaria à consciência do juiz singular os direitos que reconhecesse, no seu próprio seio, a todos os seus membros’. A liberdade de julgar dos juizes e tribunais inferiores, escritas em 1985,

¹⁵ TURBAE. Y. *Súmula Vinculante: A Ameaça para a Democracia Constitucional*. Artigo disponível em: <http://www.netflash.com.br/justicavirtual/artigos/art150.htm> . Consultado em 15.mai.2005.

ecoam até hoje como uma advertência e uma lição. O Supremo Tribunal Federal absolveu o juiz, mas não decidiu sobre a inconstitucionalidade da lei em causa, porque mesmo se julgada constitucional, teria havido erro na sua apreciação, mas não delito. O juiz voltou a considerá-la inconstitucional e foi novamente processado e condenado pelo tribunal local. Embora considerando a lei constitucional, o Supremo absolveu de novo o magistrado, que mal a interpretou, mas não cometeu os crimes que lhe foram atribuídos, 'de desobediência, ou de falta de exação no cumprimento dos deveres do cargo, o abuso de autoridade, ou prevaricação ou outro que se averigüe segundo a prova de intenção do réu'"¹⁶

2.3 JURISPRUDÊNCIA:

2.3.1 Conceito

Quanto ao vocábulo Jurisprudência, segundo o magistério de RUBENS LIMONGI FRANÇA citado por MANCUSO (2001, p.29), comporta cinco acepções:

"O primeiro, um conceito lato, capaz de abranger, de modo geral, toda a ciência do direito, teórica ou prática, seja elaborada por jurisconsultos, seja por magistrados (...); o segundo, ligado à etimologia do vocábulo, que vem de 'juris+prudentia', consistiria no conjunto das manifestações dos jurisconsultos (prudentes), ante questões jurídicas concretamente a ele apresentadas. Circunscrever-se-ia ao acervo dos hoje chamados *pareceres*, quer emanados de órgãos oficiais, quer de jurisperitos não investidos de funções públicas. O terceiro, o de *doutrina jurídica*, teórica ou prática ou de dupla natureza, vale dizer, o complexo de indagações, estudos e trabalhos, gerais e especiais, levados a efeito pelos juristas sem a preocupação de resolver imediatamente problemas concretos atuais. O quarto, o de massa geral das manifestações dos juízes e tribunais sobre as lides e negócios submetidos à sua autoridade, manifestações essas que implicam uma técnica especializada e um rito próprio, imposto por lei. O quinto, finalmente, o de conjunto de pronunciamentos, por parte do mesmo Poder Judiciário, num determinado sentido, a respeito de certo objeto, de modo constante, reiterado e pacífico"¹⁷.

Ao seu turno, o insigne jurista LENIO LUIZ STRECK concebe três acepções:

"a) em sentido estrito, pode indicar a 'Ciência do Direito', também denominada 'Dogmática Jurídica' ou 'Jurisprudência'; b) em sentido lato, pode referir-se ao conjunto de sentenças dos tribunais, e abranger tanto a jurisprudência uniforme como a

¹⁶ Op. cit.

¹⁷ FRANÇA, R. L. Verb. Jurisprudência. Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro. Coord. Carvalho Santos e Aguiar Dias, Vol. XXX. pp. 273-274

contraditória; c) pode significar apenas o conjunto de sentenças uniformes, falando-se, nesse sentido, em ‘firmar jurisprudência’ ou ‘contrariar jurisprudência’¹⁸

Interessa dentre todas as acepções arroladas pelos dois autores, as de natureza técnico-jurídica propriamente. Nesse sentido, jurisprudência pode significar a tendência exegética predominante num determinado Tribunal, acerca de certa matéria, que encontra-se estabilizada em determinado sentido.

Enfim, a despeito destas considerações, para se ter presente o significado da palavra jurisprudência, nos propósitos deste trabalho, é mister fazê-lo com referência a um determinado sistema jurídico, conforme o *common law* ou o *civil law*. O que aqueles que pertencem a este último, de tradição romanista, rotulam como jurisprudência, os que integram o primeiro, de tradição anglo-americana designam como *judge made law*; ao passo que o que eles chamam de jurisprudência, para nós da *civil law* trata-se de ciência, doutrina. Considerado nesse último sistema, portanto, o vocábulo jurisprudência designa a circunstância de, em vários casos concretos, várias decisões se darem num único sentido, firmado o posicionamento uniforme com base na identidade.

2.3.2 Aplicabilidade da Jurisprudência nos Sistemas Jurídicos do Common Law e Civil Law

Com efeito, hoje coexistem dois sistemas de direito positivo: o de tradição romanística, conhecido como *civil law*, e o de tradição anglo-americana, denominado *common law*.

O *common law* é, por excelência, um sistema que se baseia na experiência, nos usos e costumes, na tradição, e que tem na criação do direito pelos tribunais sua regra principal. Já o sistema *civil law* não tem nenhuma dessas características. Neste consagra-se o respeito à lei como fonte primária, privilegiando, com isso, a generalização e a abstração.

¹⁸ Op. cit., p. 83.

O que os diferencia, fundamentalmente é a base atuação. Para os que seguem a tradição romanista, a lei é o alicerce, fornecendo a todo o sistema segurança e estabilidade, restando à jurisprudência, o papel flexibilizador. Na *civil law*, a jurisprudência é verdadeiramente fonte de direito, decorre de interpretação legal, de adequação da norma à realidade concreta, sendo assim, criativa, porém, de natureza estritamente complementar. A lei é a fonte primária, e, portanto, a contribuição da jurisprudência será sempre diferente da que é trazida pelo legislador. Enquanto este estabelece comandos com validade *erga omnes*, aquela, que resulta do trabalho de juízes e tribunais, produz efeito *inter partes*.

Por sua vez, para aqueles que seguem a tradição anglo-americana, a base de certeza e segurança se assenta justamente no trabalho jurisprudencial, sobre a regra do precedente obrigatório vinculativo dos demais órgãos julgadores invertendo-se assim a primazia com fonte, a lei é exceção. Ao contrário do sistema romano-germânico, a jurisprudência na *common law* ultrapassa os limites da lide entre as partes, constituindo verdadeira fonte elementar de criação do direito.

Para o sistema de *common law* importam a concreção, a particularização, o pragmatismo, a indução. No sistema de *civil law*, diferentemente, a ênfase é dada à abstração, à generalização, à teorização, à principiologia, à dedução.

2.3.2.1 *Stare Decisis*

Afirma-se que a idéia de uma súmula vinculante é inspirada na experiência do precedente no *common law*, no qual vigora a doutrina do *stare decisis*. Importa, dessa forma, estabelecer breves considerações acerca do funcionamento de tal mecanismo para se extrair algumas conclusões no que se refere à implantação da súmula vinculante no direito brasileiro, no qual vigora outro sistema, o *civil law*.

O *stare decisis*, forma abreviada da expressão latina *stare decisis et non quieta movere*, que significa “mantenha-se a decisão e não perturbe o que foi decidido” é, de

fato, um dos pilares do sistema do *common law*. Assim, a decisão judicial nos países que seguem a tradição do direito anglo-saxão não só tem o condão de resolver uma controvérsia, mas também a de estabelecer um precedente com força vinculante. Tal precedente assegura que no futuro, apresentando-se um caso análogo, será este decidido da mesma forma.

Desse modo, “a sentença, além de decidir a controvérsia e impedir às partes a renovação do debate sobre as questões *in concreto* já decididas, funciona também como precedente *in abstracto* para casos semelhantes no futuro”. Esse vínculo (precedente) se dá em função da *ratio decidendi*, vale dizer dos fundamentos da decisão e não de sua mera conclusão.

Atente-se, assim, que a aplicação do princípio do *stare decisis* é um fenômeno complexo cuja aplicação reflete prudência e um enorme exercício de discricção judicial, ou seja, maior detalhamento nas fundamentações e motivações dos juizes.

O *stare decisis*, portanto, é uma técnica de se resolver casos com referências as sentenças judiciais do passado, os chamados *leading cases*. Os juizes, nesse sistema, são verdadeiramente obrigados a recorrer a tais precedentes, para deles extrair a norma jurídica aplicável ao caso.

No direito americano, ressalte-se, não é inteiramente vedado ao órgão judicial se afastar do precedente, desde que o faça por “razões novas e persuasivas”. A doutrina do uso do precedente no sistema legal norte-americano possui limites na sua aplicação, não se afigurando uma regra inflexível.

Existem por lá inúmeros mecanismos mediante os quais impedem ou fazem com que os tribunais deixem de aplicar uma decisão anterior. São hipóteses: quando o caso anteriormente decidido envolver uma questão de direito distinta; quando o escopo do caso anteriormente decidido for tão limitado que não se aplica ao caso em pauta; quando os fatos do caso anteriormente decidido forem distintos daqueles a que se refere o caso atual; quando rejeitarem a decisão anterior porque o princípio nela inserido: a) deve ser revogado; ou b) tal decisão reflete *dicta*, isto é pronúncia e opiniões do juiz

encontrado no bojo da motivação e decisão judicial (sentença ou acórdão) e que, pois não se constituem no seu dispositivo.

Na anterior configuração, quer seja, súmula sem efeito vinculante, podia-se atentar claramente para as diferenças em relação aos precedentes. No *common law*, o precedente judicial sempre teve força preponderante na aplicação do direito, sendo por isso fundamental a doutrina do *stare decisis* para se ter asseguradas a estabilidade, a coerência e a continuidade do sistema. O efeito vinculante do precedente decorre do próprio funcionamento do sistema, é inerente à própria compreensão da atividade jurisdicional.

Já no *civil law*, esse papel preponderante é assumido pela lei. Ela é ponto de partida, por assim dizer, para a percepção do direito. Nesse caso, a jurisprudência tem uma função apenas subsidiária, sendo invocada tradicionalmente para auxiliar na interpretação da lei ou em casos de lacuna. Conseqüentemente, não era natural, no sistema jurídico brasileiro, filiado à tradição romano-germânica, o efeito vinculante das decisões judiciais. Ao contrário, tal efeito era tido como meramente persuasivo. Os órgãos inferiores não estão obrigados a seguir a orientação dos tribunais hierarquicamente superiores. Na prática, porém, assim o fazem na maioria dos casos.

Dessa forma, a adoção de uma súmula dotada de efeito vinculante acarreta, em tese, uma aproximação definitiva entre ambos os institutos: a súmula e o precedente do *common law*, especialmente do sistema norte-americano. Sob esse aspecto, a função da súmula assemelha-se à do precedente no direito americano, na medida em que ambos têm como objetivo servir de orientação para futuras decisões, facilitando com isso a compreensão do direito e dando maior segurança e estabilidade ao sistema.

Todavia, embasar a atribuição de efeito vinculante às súmulas no instituto do *stare decisis* vigente no Direito norte-americano parece ser um equívoco. Primeiro porque neste a força do precedente reside na tradição, não se encontra estabelecida em qualquer regra escrita, quer nas leis, quer na Constituição e tampouco em regra de ofício.

Ademais, ressalte-se que a regra do *stare decisis* sofre cada vez mais um processo de flexibilização. LENIO LUIZ STRECK elenca duas causas de flexibilização da doutrina do precedente: “a primeira diz respeito ao fato de que os tribunais não se consideram a si mesmos estritamente obrigados pelas decisões anteriores (...)—A segunda forma/fonte de flexibilidade do *stare decisis* provém da adaptabilidade dessa regra à evolução política, econômica e social”¹⁹.

¹⁹ STRECK, L. L. *Efeito Vinculante: desmi(s)tificações necessárias acerca dos projetos de reforma do Judiciário*. Artigo disponível em: http://www.fcmargs.com.br/rcvista01_streck.html. Consultado em 14.mai.2005.

3 CONSEQUÊNCIAS DAS SÚMULAS VINCULANTES SOBRE O MAGISTRADO

Neste capítulo, pretende-se abordar precisamente as consequências possíveis e prováveis sobre os julgadores no exercício de suas funções. Assim, põe-se em foco a questão da independência do magistrado, que, aliás, trata-se de imperativo constitucionalmente consagrado. Faz-se sob dois aspectos: primeiro, em relação ao princípio da livre convicção; segundo, em relação à força criadora da decisão judicial.

3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL DO JUIZ NA HISTÓRIA

É imprescindível tecer algumas considerações acerca da figura do juiz e de sua atuação ao longo da história, considerando-se que o Poder Judiciário passou por sucessivos movimentos de reestruturação institucional até firmar-se como Poder independente e autônomo do Estado como hoje é concebido.

Partindo desta premissa, as principais mutações ocorridas no seio da magistratura, encontram dois grandes *locus* de transformações: o modelo liberal clássico, ideal triunfante das Revoluções Liberais do século XIX, que tiveram significativo reflexo na cultura jurídica ocidental, e o modelo intervencionista, advento do Estado de Bem-Estar Social e da consagração dos direitos metaindividuais.

Afirma-se, pois, que a consagração política da doutrina do Estado Liberal, de cunho essencialmente individualista, está vinculada às revoluções liberais dos séculos XVII e XVIII, cujos expoentes foram a Inglesa, a Americana e a Francesa, e significou a vitória de uma concepção segundo a qual o Estado, cuja imagem traduzia o poder absoluto e arbitrário do rei, representava uma constante ameaça às liberdades individuais. Visando a preservar tais liberdades contra o possível cometimento de abusos por parte dos governantes, filosofia política do liberalismo pregava a rígida separação dos poderes estatais.

Inspirados nos ideais libertadores, os pensadores da época pretendiam de um modo geral, malgrado as peculiaridades de cada concepção, a formulação do Estado moderno como uma entidade necessariamente rígida e estática, informada pelo predomínio absoluto da lei como norma geral, abstrata e imutável, fruto da vontade popular soberana.

Dessa forma, sob o pretendido império da lei, o papel atribuído ao Judiciário era praticamente insignificante, deveria limitar-se à atividade mecânica e inanimada de aplicação da lei, exercendo o juiz uma atividade burocrática meramente, não podendo, portanto, falar-se em um verdadeiro Poder.

Na esteira do pensamento liberal-burguês, o conteúdo primeiro é a defesa do indivíduo contra ingerências indevidas por parte do Estado em suas esferas de liberdade e propriedade. As questões submetidas ao Judiciário eram essencialmente conflitos privados tradicionais que reclamavam uma atuação passiva, simplesmente para coibir a violação de direitos.

No século XX, notadamente no período do segundo pós-guerra, com o advento das Constituições modernas, como a de Weimar (1919), os chamados direitos sociais foram sendo definitivamente consagrados. No Brasil, não obstante a existência de discreta previsão acerca de tais direitos nas constituições anteriores, foi na de 1988 que alcançou receptividade sem precedentes.

Assim, à medida que os direitos sociais e difusos vão sendo paulatinamente reconhecidos e positivados no corpo das Constituições modernas, é inevitável a ocorrência de inúmeras implicações sobre a clássica estrutura da função jurisdicional, herdada daquela concepção liberal-individualista do Estado e atrelada às técnicas predominantemente formalistas de interpretação judicial.

Com efeito, passando a ser atribuída ao juiz a responsabilidade pela implementação de direitos sociais através de políticas públicas tendentes à redução das desigualdades econômicas e sociais, bem assim a proteção jurídica de interesses que transcendem os clássicos conflitos individuais, a magistratura vê-se repentinamente diante

de conflitos inéditos, através dos quais os juízes, de meros espectadores, transmudam-se em árbitros de conflitos coletivos e de massa, havendo hoje que se falar, mais do que nunca, em função política da magistratura.

3.2 CONSEQUÊNCIAS DA ADOÇÃO DO EFEITO VINCULANTE SOBRE A INDEPENDÊNCIA DA MAGISTRATURA.

No que tange à efetivação da tutela de direitos e exercício da jurisdição, requisito essencial e indispensável para que o magistrado desenvolva seus trabalhos com veracidade e imparcialidade é a independência. Não se trata, pois, de mera prerrogativa dos juízes, mas de um imperativo, por excelência, a fim de garantir ao povo um julgamento livre, justo, do conflito de direitos e interesses. É um princípio de garantia de justiça social dentro de um espaço democrático. PIMENTA BUENO apud GOMES (1997, p. 39), acentuava com excelência: “Tirai a independência ao Poder Judiciário, e vós lhe tirareis sua grandeza, sua força moral, sua dignidade, não tereis mais Magistrados, sim comissários, instrumentos ou escravos de um outro poder (...) Não é, pois, por amor ou no interesse dos juízes, que o princípio vital de sua independência deve ser observado como dogma, é sim, por amor dos grandes interesses sociais”²⁰.

Essa independência é assegurada ao magistrado do ponto de vista externo, no que se refere às relações com os demais Poderes, Executivo e Legislativo. A Constituição elenca em seu art. 95 uma série de prerrogativas aos magistrados, verdadeiras condições para o exercício da função com segurança e imparcialidade. É uma forma de se garantir a independência política dos órgãos judiciários, e o equilíbrio institucional e democrático.

Destarte, a vitaliciedade consiste na impossibilidade de perda do cargo decorrente de injunções políticas, assegurando a imparcialidade e a independência, estando prevista no inciso I do referido dispositivo. É adquirida após dois anos de efetivo exercício da Magistratura, para o Juiz de Carreira, e no 2º Grau, a partir da posse dos

²⁰ Apud SILVEIRA N. da, Revista “*In Verbis*”. IMB, nov./96, p. 9.

membros oriundos do quinto constitucional (Ministério Público e advocacia). Durante o período aquisitivo de dois anos a perda do cargo depende de deliberação administrativa do Tribunal a que o Juiz estiver vinculado. A vitaliciedade só se perde por sentença judicial com trânsito em julgado, garantido o devido processo legal que inclui o contraditório e a ampla defesa. A decisão deve ser motivada e exige votação qualificada, ou seja, de 2/3 dos Membros do Tribunal (art. 93, VIII, da Constituição Federal).

A irredutibilidade de vencimentos vem prevista no inciso III, do art. 95, e garante aos magistrados que seus vencimentos não serão diminuídos.

Por fim, a inamovibilidade tem por finalidade tutelar a postura de independência ética, moral e social do magistrado, prevista no art. 95, II, assegurando a impossibilidade de remoção para outra sede de atividade sem seu consentimento prévio.

Estas garantias são conhecidas como prerrogativas da magistratura, cujo escopo, ressalte-se é a proteção funcional do juiz, porque essenciais à imparcialidade e a independência ética, social e econômica no exercício do cargo.

Tem-se ainda as garantias institucionais, que do ponto de vista orgânico administrativo estão encerradas no art. 96, e do ponto de vista financeiro no art. 99 da Constituição Federal.

Por outro lado, e aqui precisamente se assenta o foco do trabalho, tão ou mais importante que manter o juiz livre de pressões externas, é não sofrê-las internamente. Significa não sofrer influências, pressões ou restrições dentro de sua própria instituição. Trata-se ora da independência interna do juiz.

De fato, não há uma subordinação dos juízes de primeiro grau em relação ao tribunal a que esteja administrativamente vinculado para além da esfera processual. Ao tribunal “superior” cabe apreciar os recursos interpostos contra as decisões dos tribunais inferiores, o que não implica em uma interferência direta sobre os trabalhos destes. Indiretamente há, evidentemente a possibilidade de persuasão através da jurisprudência, o que, aliás, é até natural. Mas é certo que a não ser as diferenças que decorrem da diversidade de competência, não se admitem outras porquanto o Judiciário é um poder

carente de verticalizações, hierarquizações no que se refere ao exercício da atividade judicante. O traço específico e marcante da magistratura reside precisamente nessa prerrogativa de independência de cada juiz em relação aos demais órgãos do judiciário. A atividade judiciária prescinde de quaisquer instruções relativas ao seu exercício que provenham de instâncias superiores.

Nesse sentido, fundamental lição proferida pelo Jurista Baiano J.J. Calmon de Passos: “basta-nos dizer que juizes não têm superiores, sejam eles do primeiro, do segundo ou do grau extraordinário ou excelso, porque se os tiverem, serão tudo, menos juizes, porquanto o juiz, servidor dos cidadãos, dos membros do grupo social que o instituiu politicamente como agente de uma função pública que, por destinação e origem, é e só pode ser serviço, devem contas unicamente a quem detentor real da soberania - o povo”.²¹

Ademais, esclarece ZAFFARONI apud DJANIRA SÁ (1996, p. 35), que:

“um juiz independente, ou melhor, um juiz, simplesmente, não pode ser concebido em uma democracia moderna como um empregado do executivo ou do legislativo, mas nem pode ser um empregado da corte ou do supremo tribunal. Um poder judiciário não é hoje concebível como mais um ramo da administração e, portanto, não se pode conceber sua estrutura na forma hierarquizada de um exército. Um judiciário verticalmente militarizado é tão aberrante e perigoso quanto um exército horizontalizado”.²²

Enfim, é imprescindível dentro da estrutura de um Estado Democrático de Direito que se garanta a independência da magistratura. Teoricamente, supõe-se que assim imanta-se o juiz contra qualquer disputa político-partidária pelo poder, colocando-o fora e acima de interesses pessoais ou grupais tidos como ilegítimos, de modo cerca-lo de segurança suficiente para que possa exercer plenamente a atividade judicante orientada à prevalência do direito e da justiça.

²¹ PASSOS, J. J. C. de. *Súmula Vinculante*. Artigo disponível em: <http://www.profpito.com/doutrinabrasileira13.html>. Consultado em 14.mai.2005

²² ZAFFARONI, E. R. *Poder Judiciário: crises, acertos e desacertos*. Trad. Juarez Tavares. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1995. pp. 88-89.

Prega ainda o Ministro CELSO MELO apud ANCHIETA (1998, p. 83) que a “independência do juiz, para decidir com autonomia as controvérsias, traduz uma prerrogativa destinada à proteção da coletividade contra eventuais interferências ilegítimas do poder estatal”²³.

A essência do ato de julgar, portanto, é por excelência, a liberdade do juiz, dentro, evidentemente, das balizas de responsabilidade inerentes à função. E ainda, “a independência da magistratura deve ser entendida como independência de cada juiz, *uti singuli*, (porque cada um é em si mesmo titular do Poder Judiciário, expressão da soberania, exercente de um ato de Poder do Estado), é princípio fundamental, e, por isso mesmo, básico da nossa Constituição Federal (art. 2º)”²⁴. Ademais, deve ser vista não como um valor em si, mas como um valor instrumental, útil para a consagração de outros valores.

Interessa perceber a independência do magistrado, para os fins deste trabalho sob dois aspectos. De modo simplificado, sintético, é possível afirmar em primeiro lugar que o juiz independente é livre para formar suas próprias convicções, de executar sua atividade sem sofrer qualquer espécie de coação, coação esta de qualquer espécie, pode ser a política, econômica, moral, psicológica, enfim.

Em segundo lugar, completa a noção de independência a possibilidade do magistrado de decidir adotando a solução que o juiz considera a mais justa entre as permitidas dentro das balizas constitucionais, exercendo a arte jurídica da interpretação e de integração da norma abstrata ao caso concreto.

Destarte, a implantação da súmula vinculante traz em seu bojo a pretensão de proporcionar maior agilidade e rapidez na efetivação da tutela jurisdicional, ao atribuir efeito vinculante às sumulas do Colendo STF, a fim de que determinados casos cujo teor substancial já tenham sido objeto de apreciação e decisão por parte do referido tribunal

²³ *Jornal Gazeta Mercantil*, 18/8/97, p. A-100.

²⁴ GOMES, L. F. *A Dimensão da Magistratura: no Estado Constitucional e Democrático de Direito : Independência Judicial, Controle Judiciário, Legitimação da Jurisdição, Politização e Responsabilidade do Juiz*. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1997.p. 20.

não sejam novamente submetidos à análise. Em outras palavras, os juízes de primeiro grau ficam vinculados aos enunciados daquela Corte nos processos ditos “idênticos” em que já houver apreciação.

Oportuno ressaltar que a súmula vinculante não apenas disporá sobre a validade da norma, mas também sobre sua interpretação e eficácia. Ou seja, determina-se aos juízes de instâncias inferiores o sentido e alcance da norma.

Fica evidente o atentado contra a independência do juízes. Evidente também que os juízes devem ser livres e independentes para decidir sem qualquer orientação obrigatória sobre a interpretação da norma. A função judicante deve permitir ao magistrado, com base em suas próprias convicções, conhecer do caso específico, e de acordo com as peculiaridades do caso, aplicar uma das diversas interpretações permitidas pela lei. O juiz tem a liberdade para decidir, “é um sujeito atuante, que interpreta a lei a partir das suas concepções de mundo e dos valores que assume. Um sujeito que faz opções, que escolhe a norma a aplicar, quando duas ou mais normas têm incidência sobre um fato. Que escolhe entre as leituras possíveis de uma mesma norma (...)”²⁵

De fato, pode-se dizer que o a aplicação do direito está diretamente ligado à tarefa de interpretação das leis. Atribuir efeito vinculante inibe tal mister ao compelir os juízes para que julguem de acordo com decisões preexistentes, precedentes traçados pelo Supremo.

A súmula vinculante retira, portanto, do juiz a sua capacidade de entendimento e a sua livre convicção conforme as evidências do caso concreto e de interpretação da norma conforme a realidade presente, ou seja, a sua independência para julgar. Torna-se o juiz um mero cumpridor de normas baixadas pelo grau superior. E tornando-se mero burocrata, o juiz deixa de prestar suas contribuições para a ciência jurídica, se desincumbindo da tarefa de manter o constante aperfeiçoamento do ordenamento jurídico, e prestando um desserviço à causa dos direitos fundamentais.

²⁵ COELHO, R. V. *A Função de Julgar e os Mitos do Direito*. Artigo disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/brasil/judiciario/julgar_judiciario.htm. Consultado em 14.mai.2005

3.2.1 Princípio do Livre Convencimento

O livre convencimento, conhecido também por princípio da persuasão racional do juiz, "regula a apreciação e a avaliação das provas existentes nos autos, indicando que o juiz *deve* formar livremente sua convicção (...) o juiz não é desvinculado da prova e dos elementos existentes nos autos, mas a sua apreciação não depende de critérios legais determinados *a priori*. O juiz só decide com base nos elementos existentes no processo, mas os avalia segundo critérios críticos e racionais..."²⁶

Este princípio indica, também, independência do juiz em relação aos Tribunais Superiores, estando diretamente ligado à garantia de independência dos juízes, "...a qual retira o magistrado de qualquer subordinação hierárquica no desempenho de suas atividades funcionais; o juiz subordina-se somente à lei, sendo inteiramente livre na formação de seu convencimento e na observância dos ditames de sua consciência..."²⁷

Assim, é cediço que aqueles que exercem a carreira de magistrado abraçam o exercício da distribuição da justiça conforme a lei e as peculiaridades do caso concreto. O juiz é, por excelência, a figura que irá conhecer do caso, e, investido de poderes para tanto deverá assegurar a igualdade das partes no processo.

Notadamente, na instrução deste o juiz tem poder de exigir as provas que considere necessárias, independentemente da vontade das partes; e uma vez produzidas as provas que julgar necessárias tem também a faculdade de utilizá-las da forma que melhor entender, com o escopo de formar sua convicção a respeito dos fatos alegados.

Desse modo, é procedendo assim que o magistrado forma suas convicções acerca do caso concreto, e é deveras importante que o faça de forma livre, para em seguida aplicar a regra que melhor lhe parecer cabível para o caso.

²⁶ GRINOVER, A. P. (em colaboração. CINTRA, A. C. de A. e DINAMARCO, C. R.). *Teoria Geral do Processo*. 18ª ed. rev e atual. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 67-68.

²⁷ *Ibid.*, p. 161

Trata-se do princípio da livre convicção do juiz encerrado no art. 131 do Código de Processo Civil. Livre, todavia, não de modo absoluto. O juiz deverá ser soberano na análise das provas constantes dos autos, devendo decidir de acordo com o seu convencimento, mas ao decidir o caso deverá expor as razões de seu convencimento, conforme reza o art. 93, IX da Constituição Federal de 88, segundo o qual todas as decisões deverão ser fundamentadas, sob pena de nulidade.

Apesar de não estar expressamente garantido pela Constituição Federal de 1988, este princípio está intimamente ligado ao princípio do devido processo legal, e ao princípio da obrigatoriedade de motivação das decisões judiciais.

Nesse sentido, afirma Nelson Nery que “não pode o juiz utilizar-se de fórmulas genéricas que nada dizem. Não basta que o juiz, ao decidir, afirma que defere ou indefere o pedido por falta de amparo legal; é preciso que diga qual o dispositivo de lei que veda a pretensão da parte ou interessado e porque é aplicável ao caso concreto”²⁸.

Segundo ainda o art. 131 do CPC, o juiz está limitado pelos “fatos e circunstâncias constantes dos autos”, o que significa dizer que deve se observar o brocado *quod non est in actis non est in mundo* (o que não está nos autos não está no mundo).

Acerca da apreciação da prova, vale a lição de JOSÉ CRETELLA NETO: “envolve não apenas aspectos técnicos, como também aspectos puramente subjetivos, pois o juiz deve avaliar as provas e decidir-se pela aplicação do texto legal que julgar cabível, sempre com vistas ao que determinar a lei, aplicando-a ao caso em que tem em mãos com um “grão de sal”, vale dizer, com a sensibilidade própria e as experiências de vida e de julgador que traz consigo”²⁹.

Desse modo, o princípio da livre convicção revela-se como um instrumento útil e eficaz para que o juiz aplique da melhor forma possível o melhor direito ao caso, pois no

²⁸ NERY JR, N. (em colaboração. NERY, R. M. de A.). *Código De Processo Civil Comentado E Legislação Processual Civil Extravagante Em Vigor*. 6º ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2002. p. 481.

²⁹ NETO, J. C. *Fundamentos Principiológicos Do Direito Processual Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2002. p. 250.

momento de apreciar a prova e formar suas convicções sobre o caso, ainda que o juiz deva ater-se a aspectos técnicos, não está necessariamente preso estritamente a estes aspectos formais da legislação, podendo e devendo utilizar muito de sua subjetividade.

O sistema da livre convicção do juiz possui um traço distintivo marcante, com relação ao sistema da prova legal, pois no sistema legal o momento probatório perfaz-se ao espírito do legislador, que ao implantar determinado dispositivo legal, parte de considerações de normalidade geral, fixando de forma abstrata o modo de reunir determinados elementos de decisão, subtraindo essa operação lógica às que o juiz livremente realiza para formar a própria convicção. .

Diante da vinculação de juízes de instâncias inferiores às súmulas editadas pelo STF, nota-se de imediato que a garantia ao livre convencimento do juiz é impraticável em face de tal vinculação. Fica evidente, pois, diante do caso concreto e do conjunto probatório apresentado, que o juiz mesmo convencido do contrário, deverá decidir a lide da forma que foi previamente estabelecido pelo Supremo, estando vinculado à decisão sumulada.

“De se imaginar o drama de consciência do julgador que, diante da obrigação de adotar determinado posicionamento vinculante, tiver que mutilar os seus convencimentos e os ditames de sua própria consciência”³⁰.

3.2.2 CONSEQUÊNCIAS DA SÚMULA VINCULANTE SOBRE A FORÇA CRIADORA DA DECISÃO JUDICIAL: O PAPEL DO JUIZ NA ATUALIDADE.

Há muito acreditava-se que o juiz ao interpretar o direito extrairia o sentido verdadeiro dos textos legais, os quais, pretensamente conteriam todas as soluções para qualquer caso da vida social. Essa era a ideologia disseminada pela Escola da Exegese, no

³⁰ SILVA, J. A. da. *A Súmula de Efeito Vinculante no Direito Brasileiro: Um Problema e não uma Solução*. 1.ed.2ª tir., Belo Horizonte : Del Rey, 1999. p. 84.

século XIX. À magistratura, desse modo, cumpriria seu papel de aplicador da lei somente se interpretasse os preceitos legais em estrita conformidade com a intenção original do legislador, caso contrário estaria invadindo esfera de competência que não lhe era própria.

Em termos tradicionais, a atividade de julgar estava, portanto, indissoluvelmente vinculada a uma estrutura normativa hermética, de cunho legalista, que se caracteriza pela pretensão de completude e auto-suficiência, ou seja, a um arcabouço legislativo e jurisprudencial informado por critérios formais e técnicos que determinam a inteira coerência do sistema de normas disponíveis a serem aplicadas num dado caso concreto.

Já nas sociedades modernas, com todo o avanço da técnica, da ciência, da indústria, era crescente complexidade das relações sociais, e conseqüente conflituosidade. Natural que tornassem mais complexas as tarefas do juiz. Nesse sentido, com o advento do Estado do Bem-Estar Social e da consagração dos direitos metaindividuais, passa a ser atribuída ao juiz a responsabilidade pela implementação de direitos sociais através de políticas públicas tendentes à redução das desigualdades econômicas e sociais, bem assim a proteção jurídica de interesses coletivos.

Vê-se transmutar o papel do juiz.

Superada a noção histórica da atividade judicante como subsunção mecânica do fato à norma, como se esta fosse verdadeiramente capaz de albergar toda a riqueza de situações da vida, hoje, reza o art. 5º da Lei de Introdução ao Código Civil: “Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum”.

Assim, o juiz ao interpretar deve conferir a aplicabilidade da norma jurídica às relações sociais que lhe deram origem; estender o sentido da norma a relações novas ao tempo de sua criação; e temperar o alcance do preceito normativo, para fazê-lo corresponder às necessidades reais e atuais de caráter social.

Interpretar autenticamente não seria apenas desvendar o sentido contido atrás da expressão legal, mas é a arte jurídica de eleger, dentre os significados possíveis contidos na lei, o decisivo para dado caso concreto, por exteriorizar o sentido mais favorável ou

adequado. É sempre um trabalho reflexivo, que exige uma aproximação com a comunidade reveladora dos valores existentes em determinado espaço de tempo e lugar.

Segundo CAPPELLETTI, apud ANCHIETA (1998, p.47) “Por mais que o intérprete se esforce por permanecer fiel ao seu ‘texto’, ele será sempre, por assim dizer, forçado a ser livre; porque não há texto musical ou poético, nem tampouco legislativo, que não deixe espaço para variações e nuances, para a criatividade interpretativa”³¹.

Desse modo, na análise das consequências da súmula vinculante sobre a independência do magistrado, é imprescindível considerar o papel do juiz hoje no exercício da atividade judicante. Para além do mero árbitro, ou do passivo aplicador da lei, tem-se, hodiernamente, um perfil ativo do julgador, um transformador da realidade, buscando justiça no espaço em que vive: um Estado Democrático de Direito, espaço do pluralismo e da garantia de liberdades.

Afirma-se, então, que hoje as atividades política e judicante estão estreitamente ligadas. Isto porque superada está a convicção de que a lei é a fonte única de direito, e que o legislador era soberano para elaborar as leis de interesse geral, cabendo ao juiz a mera aplicação das mesmas, como resume a célebre afirmação de Montesquieu: “*la bouche qui pronouce les paroules de la loi*”.

“Nossa era, marcada pelo progresso tecnológico e pelo pluralismo, implica na multiplicação de situações e na intensificação das relações criando-se, com isso, à toda evidencia, vazios legislativos que ao juiz, diante do caso concreto, impende preencher com o ajustamento da norma às situações não previstas. É nessas circunstâncias, principalmente, que se ressalta o papel criador do julgador”³².

Nesse sentido, com o advento das constituições modernas, as quais contemplam um conteúdo poroso, carente de complementação pela práxis, o legislador acaba por seguir a mesma orientação técnica aberta e indeterminada, desaguando, então, a

³¹ CAPPELLETTI, M. *Juizes Legisladores*. Porto Alegre : Sérgio Fabris, 1993, p. 22.

³² SÁ, op. cit. p. 45.

responsabilidade no Judiciário, de moldar o que ao final será considerado juridicamente válido, tornando-se verdadeiro integrante do chamado “centro de produção normativa”.

Do juiz reclama-se atitude, postura crítica e participante no processo de contínua reconstrução do ordenamento jurídico. “As regras legisladas empregam a única linguagem que podem usar: uma linguagem genérica e abstrata. A realidade da vida humana, ao contrário, é sempre concreta e particular. Ainda que a norma geral permaneça invariável, as aplicações desta à vida vão mudando à medida que ela se transforma. (...) porque a realidade encontra-se em constante renovação”³³.

O ato de julgar, portanto, implica em criar, descobrir as soluções para os novos casos concretos, ainda que observando o direito formalmente válido. A sentença, produto final de todo esse processo, é verdadeiramente um “artesanato” produzido pelo juiz em cada caso concreto, e não conclusões mecânicas daquilo que está previsto nos preceitos legais. Reflete a personalidade do juiz, que ao julgar considerará a existência de uma dinâmica social e adequação à realidade presente, de uma tábua axiológica, de lacunas na lei, enfim.

As funções do magistrado, precisamente o alcance das decisões judiciais têm grande significado social. Isto decorre da justificativa plausível de que o juiz por estar mais próximo do povo, da comunidade onde vive e por ser detentor de exemplar sensibilidade social. É ele a figura em constante contato com a realidade social, capaz de, assumindo uma postura ativa no processo, influir positivamente no aperfeiçoamento da ordem jurídica.

“Não pode um povo imobilizar-se dentro de uma fórmula hierática por ele próprio promulgada: ela indicará de modo geral o caminho, a senda, a diretriz; valerá como um guia, jamais como um laço que prenda, um grilhão que encadeie. Dilata-se a regra severa, com imprimir elasticidade relativa por meio de interpretação. Os juízes, oriundos do povo, devem ficar ao lado dele, e ter inteligência e coração atentos aos seus interesses e necessidades. A atividade dos pretórios não é

³³ SÁ, loc. cit., p. 39.

meramente intelectual e abstrata; deve ter um cunho prático e humano; revelar a existência de bons sentimentos, tato, conhecimento exato das realidades duras da vida."³⁴

No desempenho de suas atribuições institucionais cabe ao magistrado, pois, fazer a opção entre a concepção de direito que lhe permita ser simples e exclusivamente inibidor e sancionador de condutas consideradas ilícitas pelo ordenamento jurídico ou aquela que, além disso, transforme-o em agente participativo e dinâmico da realidade política econômica e social, através da concretização da justiça material e distributiva.

Assim, a adoção do efeito vinculante para as súmulas editadas pelo STF, ao tolher a independência dos juízes e tribunais, inegavelmente compromete a força criadora das decisões judiciais. O juiz da atualidade desempenha papel assaz relevante no aperfeiçoamento constante da ordem jurídica, e conseqüentemente, na manutenção da própria legitimidade do Judiciário, uma vez que, para além do mero aplicador de leis, como se estas pudessem dar conta da riqueza de situações vida, o juiz moderno, em cada caso concreto, e de acordo com suas peculiaridades, ajusta a norma, lhe confere sentido, contexto, história, no momento da interpretação.

Nesse sentido, interessante a construção de PAULO GUSMÃO DOURADO:

“para nós, a lei é uma vontade ou um pensamento objetivado. Desde que objetivado, torna-se livre de seu criador, tornando-se um ‘objeto’ do mundo da cultura, suscetível de compreensão, de interpretação. Cada ato de interpretação ‘repensa’ esse objeto, que é um pensamento objetivado. Nesse ‘repensar’ exerce influencia decisiva a personalidade do interprete, que, entretanto, não existe fora da História, de uma sociedade, de uma civilização, de uma cultura (...) Além desse substrato cultural, temos a intuição criadora, a capacidade criadora de cada indivíduo”³⁵.

Ressalte-se que não se trata de atividade de elaboração de normas, pois esta é de competência do Poder Legislativo. Vale dizer, no exercício da atividade judicante o juiz deve obediência ao Direito formalmente válido, mas sua atividade é criadora, no sentido de reelaboração de leis, por assim dizer, sempre de acordo com um juízo axiológico,

³⁴ MAXIMILIANO, C. *Hermenêutica e Aplicação do Direito*. 16ª ed. Rio de Janeiro : Forense, 1996, p. 60.

³⁵ DOURADO, P. G. *Introdução à ciência do direito*. 2ª ed. Forense, 1960. p. 136.

levando em consideração a pauta de valores consagrados na ordem jurídica, tornando-as consentâneas com a realidade social. Não se pretende, neste ponto, reflexões mais profundas acerca da questão, se se trata de atividade legiferante do juiz ou não, ou qualquer juízo de (in)constitucionalidade.

Vale, neste trabalho a análise da independência do magistrado com a adoção da súmula vinculante. Uma vez constatado o atentado a tal prerrogativa, vale também a análise, via de consequência, sobre a força criadora da decisão judicial, excelência da atividade judicante hodiernamente.

4 SOBRE A POSIÇÃO DOS DOUTRINADORES ACERCA DO TEMA:

Longe de ser consenso, a adoção do efeito vinculante para as súmulas tem sido há muito alvo de acesas controvérsias na comunidade jurídica. Existem consideráveis argumentos a favor, e, igualmente, notáveis argumentos contra. Empresta-se, desse modo, alguns dos raciocínios de eminentes doutrinadores em apoio e em oposição, para se chegar à conclusão deste trabalho.

4.1 ARGUMENTOS FAVORÁVEIS A ADOÇÃO DA SÚMULA VINCULANTE

Os que advogam pela adoção da súmula vinculante, em geral, crêem com sincera fé numa certa “propriedade terapêutica”, argumentando que possibilitará a redução do acúmulo de processos nas instâncias superiores do Poder Judiciário, um dos mais agudos problemas hoje reclamados, possibilitando, via de consequência, uma maior rapidez na solução dos litígios.

O primeiro defensor do efeito vinculante é o ex-Presidente da República, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, o qual afirmou em entrevista concedida em 30/09/98 que:

"efetivamente, a melhor solução para a questão da sobrecarga de trabalho repetitivo nas Cortes Superiores parece residir na adoção de mecanismos de extensão de efeitos das decisões consolidadas do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, desde que se estabeleçam normas claras para revisão do entendimento eventualmente fixado. Ao contrário do que se afirma, o efeito vinculante pode se constituir em grande instrumento de democratização de Justiça à medida que permite a equalização de situações jurídicas independentemente da qualidade de defesa ou da situação peculiar de um outro litigante. Basta pensar na recente extensão dos 28% de reajuste a todo o funcionalismo federal, feita pelo Governo com base em decisão do Supremo Tribunal Federal. Quantos teriam que aguardar anos a fio para receber a vantagem, sujeitos a inúmeros percalços que poderiam inclusive comprometer o sucesso da demanda, e, com o efeito vinculante, já conseguem uma justiça pronta! Por isso, o Governo apóia a Proposta de Emenda Constitucional que está atualmente sendo apreciada pela Câmara dos Deputados, que atribui efeito vinculante às decisões do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional. [Confrontando os argumentos dos que temem a adoção do efeito vinculante, FHC continua] Assim, aos que se opõem à súmula vinculante, por considerarem que implicaria em quebra da independência dos magistrados das instâncias inferiores, deve ser lembrado que a instituição de mecanismo de revisão da súmula, com possibilidade de deflagração por juízes, promotores e advogados, constitui solução mais adequada que a mera rejeição do efeito"³⁶.

Uma das vozes mais importantes na defesa da súmula vinculante, o Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE crê no avanço que representa Reforma do Judiciário, em especial a instituição da súmula vinculante. Foi o referido Ministro quem iniciou, quando ainda presidia o Supremo Tribunal Federal (STF), o apoio à criação do instituto no ordenamento jurídico brasileiro.

Para ele: "A súmula vinculante é um mecanismo pelo qual os juízes ficam obrigados a seguir o entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) (...) O objetivo da súmula vinculante é dar celeridade a Justiça e reduzir o número de processos na cúpula do Judiciário. (...) Isso vai evitar a repetição e o acúmulo de processos onde já não há mais nada a decidir"³⁷.

RICARDO MALHEIROS FIUZA crê com veemência que a súmula vinculante "não é tão fácil, assim, de ser decretada; só pode sê-lo em matéria constitucional; e sua revisão ou seu cancelamento podem ser propostos por um bom leque de partes legítimas,

³⁶ *Revista Jurídica Virtual*, 30/09/98. Artigo disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rcv_01/fhc.htm. Consultado em 15.jun.2005.

³⁷ *Correio da Bahia*, 08/07/2004. Artigo disponível em <http://www.oab-ba.com.br/noticias/imprensa/2004/07/presidente-tse-afirma.asp>. Consultado em 16.jun.2005.

incluindo a OAB. (...) Tal instituto não engessa a função judicante e, sim, vai concorrer para a desobstrução da pauta do STF e, principalmente, vai acabar com a proliferação de demandas repetitivas, mormente por parte do Estado, enxugando os caminhos judiciais do país”³⁸.

O mesmo autor em seu artigo “A favor da Súmula Vinculante” menciona ainda outros dois grandes autores, valendo repetir a citação. Traz em seu favor RAUL MACHADO HORTA, segundo o qual: “(...) A súmula vinculante, adotada pela maioria qualificada do Supremo na questão constitucional, é peça fundamental ‘no coroamento lógico-jurídico da técnica brasileira do controle judiciário da constitucionalidade das leis’”.

Cita também CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA, para o qual “quem exerce a advocacia efetivamente é testemunha de que há pretensões sem fomento de justiça, na certeza de desfecho inevitável. A vinculação nestes casos é irrecusavelmente construtiva, e não traz propósito ou o efeito de impedir a evolução do direito”.

Em audiência pública realizada em 04/02/2004, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o ministro do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, observou que “a súmula vinculante trará maior agilidade às causas processuais, além de criar o que chamou de ‘segurança jurídica’ para que o país possa ter bases concretas destinadas a garantir o crescimento do país”³⁹.

Nesse sentido, também é a preocupação do Procurador Geral da República, GERALDO BRINDEIRO ao afirmar que há anos tem sido um defensor do efeito vinculante, não só em virtude do acúmulo de processos, mas também porque acredita ser inaceitável dar tratamento diferenciado a pessoas em situações idênticas⁴⁰.

³⁸ FIUZA, R. A. M. *A Favor da Súmula Vinculante*. Artigo disponível em <http://www.famem.elo.com.br/~ekss/index.php?id=14371>. Consultado em 15.jul.2005.

³⁹ *Diário Vermelho*, 05/02/2004. Artigo disponível em <http://www.vermelho.org.br/diario/2004/0205/0205/jobim.asp>. Consultado em 13.jul.2005.

⁴⁰ Apud MORAES, A. *Súmulas Vinculantes: Evolução ou Retrocesso?*. Artigo disponível em <http://www.alessandramoraes.com/artigos/artigo07.pdf>. Consultado em 14.mai.2005.

Ademais, para HUGO DE BRITO MACHADO, diante de um quadro em que os tribunais superiores tem que julgar amiúde causas com a mesma pretensão, como as referentes aos diversos índices de reajustes de servidores públicos, devolução de empréstimo compulsório sobre combustíveis, liberação de contas do FGTS, contribuições para o PIS, entre tantas outras, "impõe-se a uniformidade do entendimento jurisprudencial, sem o que o descrédito do Judiciário é inevitável. (...) Não é razoável admitir-se que o Judiciário esteja com seus canais inteiramente congestionados, com milhares de processos em tramitação no Brasil inteiro, quando o Supremo Tribunal Federal, com uma única decisão, poderia resolver definitivamente a questão, tornando desnecessários milhares de processos"⁴¹

Conclui-se que, basicamente, aqueles que defendem a adoção da súmula vinculante no direito brasileiro têm em vista o que se convencionou chamar de “crise do Supremo”. De fato, a Excelsa Corte recebe quantidade extraordinária de processos todo ano, sendo que muitos deles, como nos exemplos há pouco elencados, são repetitivos. Os defensores da vinculação apostam no efeito vinculante como mecanismo para se evitar as demandas “idênticas”, que impede que recursos meramente protelatórios sejam interpostos e que processos inúteis cheguem aos STF.

Apegam-se os defensores não só ao problema da lentidão da justiça diante do grande volume de processos que lotam os tribunais superiores, mas também à questão da segurança jurídica. As súmulas vinculantes, ao uniformizar a interpretação sobre determinada matéria ou preceito normativo, fazem nascer no cidadão sentimento de confiança de que receberá tratamento isonômico perante o Poder Judiciário, corolário do princípio da igualdade (art.5º, “caput” da CF/88).

⁴¹ Apud DINIZ, A. C. de A. *Efeito Vinculante e suas Consequências para o Ordenamento Jurídico Brasileiro*. Artigo disponível em <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=252>. Consultado em 02. jul. 2005.

4.2 ARGUMENTOS CONTRA A ADOÇÃO DA SÚMULA VINCULANTE

O principal argumento contra a adoção da súmula de efeito vinculante no ordenamento jurídico brasileiro tem em vista as consequências de tal instituto sobre o *trabalho dos juízes e tribunais das instancias inferiores*, uma vez que seriam obrigados a acatar as decisões do Supremo. Assim, teme-se que percam a liberdade de decidir e tolhasse a força criadora da decisão judicial, impedindo a evolução natural do direito. “A direta interferência na vida funcional do juiz macula sua independência, que é, como se viu, um dos sustentáculos do Estado Democrático de Direito. O amordaçamento afasta-o da população e dos valores que lhe compete proteger, impede a contenção do abuso e do uso da força que geralmente oprimem os mais fracos”⁴².

Dentre os que são contra à adoção do efeito vinculante, pode-se destacar EVANDRO LINS E SILVA, Ministro aposentado do STF, segundo o qual “torna-las obrigatórias é que não me parece ortodoxo, do ponto de vista da harmonia, independência e separação dos poderes. Todos os juizes devem ter a independência para julgar de acordo com a sua consciência e o seu convencimento, inclusive para divergir da Súmula e pleitear a sua revogação”⁴³.

Nesse diapasão se afina a jurista mineira CARMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA: “tanto quanto ao cidadão, a ‘súmula vinculante’ compromete, enrijece e tolhe o próprio poder Judiciário, tomado na inteireza de sua composição. O momento é de crescimento responsável do Poder Judiciário, não de seu tolhimento. (...) a ‘súmula vinculante’ é, no Direito, o ‘silêncio obsequioso imposto nas religiões sem democracia. E o momento não é dos mudos. A palavra é a senha do Direito. O silêncio a sua morte”⁴⁴.

Brilhante ainda a contribuição de LENIO LUIZ STRECK, segundo o qual:

⁴² SÁ, op. cit. p. 97.

⁴³ Op. cit.

⁴⁴ Op. cit.

“a vinculação das Súmulas e/ou das decisões jurisprudenciais estabele(rá) um discurso monológico (Warat), em que a fala (discurso jurídico de decisão) já vem ‘habitada’ de antemão. De cima para baixo, o efeito vinculante impede a construção de um diálogo do intérprete com a lei e os fatos por ela abarcados. Isto porque o processo hermenêutico é/dever(ia) ser um constante devir. (...) o Direito deve ser compreendido não como sucessão de normas com sentidos latentes, pré-constituídos, reclamando apenas que o intérprete-hermeneuta lhes dê vida, e sim, *como normas que permanentemente (re)clamam sentidos*. Tais sentidos somente serão atribuídos levando em conta fatos, em contextos (quase sempre) diferenciados. Por tais razões é que este processo (*de produção/atribuição de sentido*) deve ser assumido como inexorável”⁴⁵.

Segue neste viés o Ministro MARCO AURÉLIO MELO em ataque ao efeito vinculante: “Cada processo é um processo e, ao apreciar o conflito de interesses nele estampado, o detentor do ofício judicante há de atuar com a maior independência possível. O homem tende à acomodação; o homem tende à generalização, especialmente quando se defronta com volume de trabalho invencível. Receio que a súmula vinculante acabe por engessar o próprio Direito...”⁴⁶

Em linha consonante DALMO DE ABREU DALLARI escrevera que:

"a súmula vinculante é péssima em termos de evolução do Direito. Tenho um caso, parte da minha experiência pessoal, que é muito ilustrativo da necessidade que nós temos da possibilidade de divergir, que mostra como, através da jurisprudência – jurisprudência tímida do início –, às vezes através de um voto divergente, se vai abrindo a possibilidade de uma concepção nova, que acaba, no final, mudando toda a jurisprudência, pode mudar até a legislação e mesmo a Constituição do país. O caso de que participei, como advogado, é o seguinte: fui procurado por uma mulher modesta, e isso aconteceu mais ou menos há 40 anos, e essa mulher tinha convivido com um operário durante mais de 30 anos. E vivendo juntos, trabalhando, fizeram um patrimônio que consistia em uma casa modesta que era o patrimônio do casal e onde eles moravam. Quando morreu esse operário, sua companheira que vivia dentro da casa e precisava da mesma porque era o que ela tinha como patrimônio, teve a surpresa de ver aparecer uma antiga esposa de seu marido. Uma mulher que tinha casado com ele e convivido durante menos de 2 anos e, depois disso, se separaram. Mas, esta antiga esposa tinha se casado no cartório e, naquela época, 40 anos atrás, a legislação brasileira não admitia a hipótese da companheira e nem a jurisprudência permitia isso. Então, fui advogado dessa mulher, companheira de mais de 30 anos, tentando fazer que se reconhecesse que ela é que deveria ficar com a casa, porque na verdade ela tinha sido a companheira constante, de muitos anos, e tinha colaborado para a compra da mesma. E, no entanto, fui derrotado porque o juiz que julgou o caso entendeu que a lei não amparava, de qualquer maneira, a minha cliente. E a

⁴⁵ Op. cit. p. 285.

⁴⁶ Apud, CHIARINI JR., E. C. *A Inconstitucionalidade da Súmula de Efeito Vinculante no Direito brasileiro*. Artigo disponível em: <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=4248>. Consultado em 14.mai.2005.

jurisprudência dos tribunais era terrível, porque quando se alegava direito de companheira, os tribunais chamavam a companheira de concubina e diziam que era imoral querer dar direitos à concubina. E há, mesmo, votos em que o relator pergunta que serviços a concubina presta. Isso com insinuações maliciosas e mesmo humilhantes, para a companheira. Casos como esse que acabo de relatar foram se sucedendo. E, assim como eu, outros advogados foram recorrendo e houve nos tribunais casos de obtenção de votos favoráveis. Quer dizer, no começo nós não ganhamos, mas tivemos votos favoráveis. Eram votos divergentes. A partir desses votos divergentes, foi havendo a adesão de outros desembargadores, de outros juizes e, afinal, a jurisprudência se tornou dominante. Então, dessa maneira, através da jurisprudência, se afirmou a necessidade, a justiça, de reconhecer direitos à concubina. E isso, hoje, consta da legislação brasileira, consta inclusive da Constituição. Mas começou com a jurisprudência divergente. Então, por essa razão, a súmula vinculante é altamente maléfica. É uma fonte de injustiças e de retardamento da evolução do Direito." ⁴⁷

O Presidente da OAB de São Paulo, LUIZ BORGES D'URSO, também é um dos que recebem com temor a adoção da súmula vinculante. Na opinião do autor, "Essa hipótese também acabará por eliminar a apreciação judicial de direitos apontados como violados, o que não, convenhamos, não é uma solução para a crise e, sim um extermínio de direitos. Nossa democracia ganha força quando se ampara nos pilares da cidadania. Entre esse pilares, está o da liberdade de expressão, aí inserido o direito do juiz de manifestar a sua convicção sobre a aplicação do Direito" ⁴⁸, conclui referido autor.

Ao seu turno, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, em entrevista concedida em 10/02/2004, durante a então audiência pública sobre a Reforma do Judiciário na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, posicionou-se "radicalmente contra" a súmula vinculante, afirmando que a súmula vinculante "é um remédio aparentemente milagroso, ao qual se atribui o condão de limpar a pauta dos tribunais e acabar com morosidade (da Justiça) mas tem tantos efeitos colaterais que acredito ser uma temeridade a sua implantação" ⁴⁹.

Disse ainda, na mesma entrevista que tal medida engessaria a primeira instância da Justiça e esterilizaria o judiciário.

⁴⁷ Apud, CHIARINI JR, Id.

⁴⁸ D'URSO, Luiz Flávio Borges, *Súmula Vinculante é Retrocesso*. Artigo disponível em http://www.clippingexpress.com.br/noticias_justica.php?id=28417. Consultado em 14. jul. 2005.

⁴⁹ Artigo disponível em: http://www.mj.gov.br/noticias/2004/Fevereiro/rls100204-ministro_rejeita_s%C3%BAmula_vinculan.htm Consultado em 14.mai.2005.

Porém, a mais acertada e perturbadora posição é a assumida por JOÃO BATISTA HERKENHOFF, para quem:

"querem fechar o Judiciário aos avanços, ao novo, ao desafio de criar; querem podar toda e qualquer tentativa de prática de um Direito mais aberto e mais crítico. Mas tais súmulas vinculantes vão também amordçar as lutas populares na direção da crescente e dialética ampliação dos direitos humanos. Já temos as súmulas não vinculantes e estas prestam serviço ao Direito. Constituem indicativos para os juizes que, em muitas hipóteses, se servem delas nos seus julgamentos. Bem diferentes serão as súmulas vinculantes, porque retirarão dos juizes parte substancial de seu papel social, em nome de uma eficiência a qualquer custo, mesmo que o preço seja a estagnação do Direito [...] E observe-se que as súmulas são elaboradas pelas cúpulas judiciárias, por tribunais compostos por ministros escolhidos pelo crivo de critérios políticos nem sempre éticos. Os juizes inferiores são pelo menos escolhidos por meio de concurso público. E, freqüentemente, é da primeira instância, é dos juizes de primeiro grau que parte o grito pela renovação do Direito, pela ampliação das franquias, pela aproximação entre Justiça e Povo."⁵⁰

Por fim, interessante a contradita de JOSÉ ANCHIETA DA SILVA aos argumentos favoráveis, segundo o qual "aqueles que se colocam contra adoção da medida entendem, e com razão, que, partindo-se de tal argumentação sedimentada numa realidade que não pode ser negada, [dados estatísticos sobre o extraordinário volume de processos] se está atacando os efeitos de uma crise instaurada 'mas não se está atacando a causa'⁵¹.

Portanto, a adoção da súmula de efeito vinculante é vista com certo temor por grande parte da doutrina processual. Acreditam sinceramente nos efeitos nefastos sobre julgadores e jurisdicionados. Ainda que estes juizes estejam convencidos de que as decisões das referidas cortes, gravadas com efeito vinculante, são injustas ou erradas, não podem decidir com independência e de acordo com sua livre convicção. Isto significa:

"negar a própria razão de ser do Poder Judiciário. (...) O Supremo Tribunal será órgão de coação e os juizes e tribunais serão órgãos de imitação. E assim todo o sistema judiciário sairá enfraquecido. O argumento da necessidade de reduzir o volume de trabalho do Supremo Tribunal Federal, como justificativa para impedir a multiplicidade de ações e a jurisprudência divergente parte da idéia inaceitável de que todo o sistema judiciário, a independência dos juizes

⁵⁰ Apud, CHIARINI JR, op. cit.

⁵¹ Op. cit. p. 29.

e tribunais, a busca da solução mais rápida e justa para o caso, tudo isso deve ser sacrificado para que os Ministros do Supremo Tribunal recebam menos número de casos.”⁵²

Outro forte argumento seria o de que divergências jurisprudenciais geram insegurança jurídica, o que pode ser, acreditam aqueles que advogam em favor, combatida eficazmente pela edição de súmulas com efeito vinculante. Ora, se tal argumento for acolhido, então melhor tirar de todos os juízes e tribunais a competência para interpretar qualquer lei ou ato normativo! Pois se só o STF for o únicos autorizados a interpretar as normas, então não haverá divergência e todos saberão desde logo quais são as regras e ninguém poderá contestar a interpretação dada pela autoridade. Perdem as instâncias inferiores sua razão de ser.

Mas nesse caso, para haver coerência, será necessário eliminar a Constituição, o direito, a liberdade. Fica evidente, portanto, que esse argumento não é compatível com uma sociedade democrática e não pode ser levado a sério por quem acredita no direito como instrumento de justiça social.

A existência de decisões divergentes é consequência imediata da liberdade de pensamento dos juízes, manifestação da independência que lhes é própria, e, logo, não há porque se caracterizar um desprestígio para o Judiciário.

⁵² DALLARI, Dalmo de Abreu. *O Poder dos Juizes*. São Paulo: Saraiva, 1996. p. 64.

CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, passa-se às considerações finais, agregando-se desde já as conclusões pessoais. Como é sabido, vive-se um momento de transição de paradigmas na Justiça Brasileira. Com efeito, está em foco a polêmica Reforma do Judiciário, alterando ou acrescentando dispositivos constitucionais, verdadeiro palco dos mais acirrados debates entre a comunidade jurídica de um modo geral.

Destarte, neste cadinho de transformações emerge o objeto do presente estudo, quer seja a adoção da súmula gravada de efeito vinculante, instituída no art. 103-A aditado pela Reforma.

Como se viu, a súmula em sua remota configuração tratava-se de entendimento cristalizado e devidamente editado, sobre determinado tema específico de competência do respectivo tribunal, que expressava o posicionamento da Corte sobre determinada matéria, com caráter descritivo meramente, sem, formalmente, pretender prescrever qualquer conduta para os julgadores de instâncias inferiores, ainda que de fato, seja natural que estes sigam o entendimento firmado.

Com a nova formatação, torna-se formal tal prescrição de conduta. Com efeito, as súmulas editadas pelo STF vinculam juízes e tribunais inferiores, na tentativa de desafogar os tribunais superiores do excesso de processos e recursos que se acumulam nas salas das altas cortes, em sua maioria consistindo em causas sobre matéria já julgada.

Da análise empreendida até aqui, percebeu-se que foram sucessivos os esforços para se adotar a súmula de efeito vinculante no Brasil até se chegar definitivamente à Emenda 45/04 que a instituiu.

Já a primeira discussão centrou-se em termos de sistema, vez que a súmula vinculante parece ser adaptação de um mecanismo-base de outro sistema jurídico, diametralmente oposto. Estamos falando respectivamente do *civil* e da *common law*. Com efeito, operamos em um sistema jurídico de tradição romano-germânica, que possui como

base de atuação a lei, é um direito processual, ao passo que os sistemas anglo-americanos a base de atuação é a jurisprudência, por sua vez é um direito judicial.

Mas na verdade, dentro dessa perspectiva, a questão de maior relevo e que desperta a polêmica, é porque o mecanismo do *stare decisis* vem sofrendo um processo de flexibilização ao longo do tempo e, portanto, adotar um mecanismo nele inspirado parece ir na contra-mão do bom-senso.

Pois bem, não obstante tratar-se de “fato consumado”, ou seja, a súmula vinculante pertence efetivamente ao sistema jurídico brasileiro, produz efeitos, na doutrina ainda é efervescente o debate em torno do referido instituto. Nota-se que grande parte da comunidade jurídica recebe com ponderação a novidade, acreditando nos efeitos negativos que tal instituto terá sobre julgadores e jurisdicionados. Em relação juízes e tribunais de grau inferior, entendem que o efeito imediato a ser produzido pelas súmulas será o comprometimento da independência do magistrado, verdadeiro corolário constitucionalmente consagrado, colocando necessariamente em xeque a legitimidade de nossa justiça, e as condições de possibilidade de uma democratização da máquina judiciária em nosso país.

Por outro lado, não se pode ignorar os argumentos daqueles que advogam em favor do efeito vinculativo para as súmulas. São várias e boas razões de ordem pragmática: unificação ou homogeneização da jurisprudência, celeridade processual, velocidade e eficiência dos recursos, economia, segurança jurídica, previsibilidade do resultado e racionalização na prestação jurisdicional.

Diante de um quadro deficiente, anacrônico da justiça brasileira, e diante do caos de processos que se avolumam nos tribunais superiores, é inegável a nobreza das intenções ao se instituir no direito brasileiro a súmula de efeito vinculante, pois é fato que a realidade narrada contribui, sim, para atravancar as decisões e atrasar a prestação jurisdicional.

Todavia, registre-se por ora, julga-se inegável também tratar-se de um erro monumental procurar aliviar a carga de serviços das cortes superiores com instrumentos

que eliminam o que o juiz tem de mais nobre e peculiar à sua função: a independência para julgar. Se é certo que o sistema judiciário brasileiro necessita de reformas para atender efetivamente seu mister, pacificando conflitos e protegendo direitos, também é assente que sua eficiência não pode comprometer a independência dos juízes e tribunais.

Cada juiz deve ser livre para formar suas convicções acerca do caso concreto, e ser livre também para escolher e interpretar a norma que julgue mais adequado ao caso. É inaceitável que se converta a atividade do juiz em pura técnica mecânica, alienada e desprovida de reflexão teórica. Ademais, é precisamente o trabalho dos juízes de primeiro grau que possibilita o constante aperfeiçoamento do ordenamento jurídico, pois é, por excelência, a figura fidedigna para fazê-lo, vez que em constante contato com a realidade social.

Aos juízes cabe julgar de acordo com as peculiaridades de cada caso concreto, e daí, portanto, importa a liberdade de convicção; e também, de acordo com a interpretação que melhor lhes aprouver acerca do preceito normativo. Nesse momento é oportuno trazer à colação o magistério de VICENTE MIRANDA apud DJANIRA SÁ (1996, 110-111):

“ao processar e julgar, o juiz brasileiro não cria a lei, a norma jurídica. Tem somente o *jus dicere*. Pela teoria dos ‘círculos legais’ por nós alvitada, aquele, ao exercer seus poderes, age com liberdade (princípio da liberdade judicial), mas não pode ultrapassar as linhas do círculo (princípio da legalidade). Com base nos arts. 4º e 5º da Lei de Introdução ao Código Civil podemos asseverar que o sistema legal brasileiro compõem-se dos seguintes elementos: 1. elemento formal: é a regra legal ou escrita; 2. elemento social: é o bem comum de cada, que concede ao juiz o poder de, levando em conta o as peculiaridades do caso concreto, realizar a Justiça do caso concreto: é a equidade. Assim, o sistema jurídico brasileiro repousa em duas colunas-mestras: o juiz e a lei. A lei é o corpo; o juiz é a alma”⁵³.

Assim, é inegável que a súmula atenta contra a própria essência da função judicante. Soluções apenas técnicas, entre as quais a de atribuir efeito vinculante às decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, fecha o sistema ao pluralismo jurídico que permeia o social e aprisiona o Direito ao conformismo político da cúpula do poder.

⁵³ MIRANDA, Vicente. *Poderes do Juiz no Processo Civil Brasileiro*. São Paulo : Saraiva, 1993, p. 324.

Não bastasse isso, é polêmica a própria redação em si do parágrafo primeiro do artigo 103-A, ao demonstrar claramente ter a súmula vinculante o objetivo de solucionar a questão da “grave insegurança jurídica” e da “relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica”, pois traz expressões de conteúdo vago, tais como “grave insegurança” e “relevante multiplicação”, que podem dar ensejo as mais variadas interpretações, por vezes arbitrárias. Não se sabe quantas decisões diversas serão exigidas para caracterizar a grave insegurança ou quantos processos serão necessários para que exista a relevante multiplicação.

Questiona-se, neste ponto, se a súmula tal como ora se apresenta teria verdadeiramente a “propriedade terapêutica” em que acreditam seus defensores.

Na doutrina mais cética são contundentes as críticas. STRECK descreve nas propriedades da súmula vinculante, pois considera o problema numa perspectiva maior, tratando da própria estrutura do Poder Judiciário: “Na realidade, o Judiciário brasileiro não é lento porque as Súmulas ou as jurisprudências não vinculam/obrigam, formal ou informalmente, as instâncias inferiores, mas sim, porque está assentado sobre uma estrutura arcaica e burocrática, permeada por um imaginário conservador, fruto de uma fortíssima crise de paradigma pela qual passa a dogmática jurídica”⁵⁴.

RONALDO POLLETTI vai além, aduzindo que:

“a súmula vinculante simplesmente não resolve nada, nem mesmo para esvaziar as estantes e os corredores dos tribunais superiores, porque os juízes não poderão ser impedidos de julgar contra a súmula vinculante. Teremos novos recursos para aqueles tribunais, talvez reclamações, e a ciranda de apelos e de juízos de admissibilidade, de agravos de instrumento, de discussão de natureza lógica processual, de agravos regimentais, de embargos declaratórios, tudo como agora no tocante ao extraordinário e ao especial”⁵⁵.

⁵⁴ Ibid., p. 283.

⁵⁵ POLETTI, Ronaldo Rebello de Britto. *Súmula Vinculante*. Artigo disponível em http://www.unb.br/fd/colunas_Prof/ronaldo_poletti/poletti_08.htm. Consultado em 14. jul. 2005.

E nesta esteira há quem se preocupe principalmente com o mecanismo da reclamação previsto pelo legislador nos casos em que os juízes de primeiro grau não acatarem o entendimento vinculante.

“Parece inevitável a previsão de que a utilização da reclamação tornar-se-á comum. E esse fato haverá de representar um complicador novo para a pretendida desobstrução da justiça. Se vier a ser ela dirigida diretamente ao Supremo Tribunal Federal, estará criada, em subversão da ordem processual, um canal de processo direto entre o cidadão e o Supremo. Se vier a ser o seu destinatário a instância revisora comum, a reclamação terá se transformado num tipo de recurso a mais à disposição do cidadão. Embora para alguns, a reclamação não seja exatamente um recurso, certo é que passará a sê-lo na prática e as estantes dos tribunais necessitarão de escaninhos novos para, além dos recursos normais, acomodarem também as tais reclamações. Injustificável assim a propositura da instauração de um efeito vinculante amplo. Injustificável e inútil”⁵⁶.

Malgrado a súmula vinculante possa impor a forma de decidir, não tem o condão de impedir ou evitar o recurso, de modo que, uma vez irresignado com a sentença o cidadão poderá utilizar-se dos recursos próprios até chegar ao STF novamente. “Só se lograria conter o acesso aos tribunais se, às decisões que aplicassem as súmulas vinculantes, fosse vedada, de forma absoluta, a interposição de qualquer recurso, o que tornaria indiscutíveis as súmulas e ‘as elevaria a uma estatura que nem a lei ou a Constituição hoje têm, transformando-as em uma espécie de superdireito’”⁵⁷.

Outros cuidam da concentração de poderes no Supremo:

“Por certo, ainda que o novo instrumento proposto esteja envolto sob o auspicioso manto protetor da celeridade processual e da manutenção da segurança jurídica, é fato, nenhuma garantia haverá de que serão somente jurídicos os fundamentos das decisões vinculantes, sumuladas ou não, inexistindo interferências políticas no exame da matéria, ao sabor das pressões de momento. Ao contrário, aquela far-se-á muito mais presente na medida em que o julgamento esteja concentrado em um único órgão. Sobretudo, se retivermos em memória o velho brocardo que reza: ‘no Brasil, tudo é porque sempre foi’; e, considerando o nosso histórico em questões hermenêuticas, as preocupações não são absolutamente destituídas de fundamento”⁵⁸.

⁵⁶ SILVA, op. cit. p. 84.

⁵⁷ Sá, op. cit. p. 87.

⁵⁸ DINIZ, op. cit.

É demasiado leviano pensar que a súmula vinculante seja uma panacéia para todos os males do Judiciário. “Se, por certo prisma, há um diagnóstico preciso dos problemas estruturais intrínsecos à atividade judicante, por outro nada indica a priori seja a súmula vinculante como delimitada nas propostas de emenda constitucional analisadas o remédio mais apropriado, passível de ser administrado sem trazer consigo graves efeitos colaterais para todo o corpo social”⁵⁹.

Enfim, são poucas essas transcrições, mas assaz suficientes para se perceber o espírito perturbado dos doutrinadores diante da nova realidade constitucional que se apresenta. A súmula vinculante é, por assim dizer, uma resposta burocrática para se tentar vedar a “crise da justiça”. Vale repetir a frase de JOSÉ ANCHIETA: “se está atacando os efeitos de uma crise instaurada mas não se está atacando a causa”. O problema da assim denominada morosidade da justiça não será resolvida mediante um ataque à funcionalidade do ordenamento ou do sistema, mas haverá de acontecer mediante uma profunda mudança na estrutura do Poder Judiciário e das demais instituições encarregadas de aplicar a justiça, perpassando pela problemática da efetividade do processo e seu modo de ser. Segundo IVES GANDRA, “o excesso de instâncias, o excesso de recursos processuais e a escassez de magistrados são o grande problema nacional”⁶⁰, e a súmula vinculante certamente não dará conta de resolvê-lo.

Portanto, institui-se um mecanismo que além de atentar contra a independência do magistrado, não se sabe ao certo se prestará aos fins para os quais fora pensado.

Em verdade, percebe-se que, o que resta por trás de toda essa discussão envolvendo a adoção da súmula vinculante no sistema jurídico brasileiro subsiste uma “tensão”, por assim dizer, na qual, de um lado está o anseio por uma justiça de boa qualidade, estável, célere, e de outro, está o receio fundado de um engessamento que impossibilite o desenvolvimento do próprio direito.

⁵⁹ DINIZ, op. cit.

⁶⁰ MARTINS, Ives Gandra Martins. *O Poder de Decidir*. Artigo disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_17/Artigos/poder-decidir.htm. Consultado em 03. jul. 2005.

A despeito dos debates, é certo que as súmulas vinculantes já vigoram em nosso ordenamento, são já uma realidade e não mais abstração teórica, de modo que impõe-se, assim, inexoravelmente, encontrar um ponto de equilíbrio para aquelas aspirações, a bem da legitimidade da justiça e da própria democracia.

BIBLIOGRAFIA

AMORIN, Edgar Carlos de. *O Juiz e a Aplicação das Leis*. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

ARONNE, Ricardo. *O Princípio do Livre Convencimento do Juiz*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1996.

CAPPELLETTI, Mauro. *Juízes Irresponsáveis?*. Porto Alegre : Sergio Antonio Fabris, 1989.

CHIARINI JR., Enéas Castilho. *A Inconstitucionalidade da Súmula de Efeito Vinculante no Direito brasileiro*. Artigo disponível em: <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=4248>. Consultado em 14.mai.2005

COELHO, Rogério Viola. *A Função de Julgar e os Mitos do Direito*. Artigo disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/brasil/judiciario/julgar_judiciario.htm. Consultado em 14.mai.2005.

CORREIA, Belize Câmara. *O juiz e sua Função Político-Social*. Artigo disponível em: http://www.amatra6.com.br/amatra/ed19_7.htm. Consultado em 16.jun.2005.

COUTURE, Eduardo J. *Interpretação das Leis Processuais*. Rio de Janeiro : Forense, 2001.

CUNHA, Sérgio Sérulo da. *O Efeito Vinculante e os Poderes do Juiz*. São Paulo : Saraiva, 1999.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O Poder dos Juízes*. São Paulo: Saraiva, 1996.
_____. *Independência da Magistratura e Direitos Humanos*. Artigo disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/dalmodallari/dallari21.html>. Consultado em 02. jul. 2005.

DINIZ, Antonio Carlos de A. *Efeito Vinculante e suas Consequências para o Ordenamento Jurídico*. Artigo disponível em <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=252>. Consultado em 02. jul. 2005.

D D'URSO, Luiz Flávio Borges, *Súmula Vinculante é Retrocesso*. Artigo disponível em http://www.clippingexpress.com.br/noticias_justica.php?id=28417. Consultado em 14. jul. 2005.

GOMES, Luiz Flávio. *A Dimensão da Magistratura no Estado Constitucional e*

Democrático de Direito: Independência Judicial, Controle Judiciário, Legitimação da Jurisdição, Politização e Responsabilidade do juiz. São Paulo : Revista dos tribunais, 1997.

GOMES, Sérgio Alves. *Os Poderes do Juiz na Direção e instrução do Processo Civil*. Rio de Janeiro : Forense, 1995.

GRINOVER, Ada Pellegrini. (em colaboração. Com CINTRA, Antonio Carlos de Araújo e DINAMARCO, Candido Rangel). *Teoria Geral do Processo*. 18º ed. Revista e atualizada. São Paulo: Malheiros, 2002.

LIMA, Leonardo d. Moreira. *Stare Decisis e Súmula Vinculante: Um Estudo Comparado*. Artigo disponível em http://www.puc-rio.br/sobrepuc/depto/direito/revista/online/rev14_leonardo.html. Consultado em 15.mai.2005

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Divergência Jurisprudencial e Súmula Vinculante*. São Paulo : RT, 2001.

MARTINS, Ives Gandra Martins. *O Poder de Decidir*. Artigo disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_17/Artigos/poder-decidir.htm. Consultado em 03. jul. 2005. Consultado em 03. jul. 2005.

MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e Aplicação do Direito*, Rio de Janeiro, Editora Forense, 1996, 16ªed.

NERY Jr, Nelson. (em colaboração. ANDRADE NERY, Rosa Maria de). *Código De Processo Civil Comentado E Legislação Processual Civil Extravagante Em Vigor*. 6º ed. Revista e Atualizada. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2002.

NETO, José Cretella. *Fundamentos Principiológicos Do Direito Processual Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

NALINI, José Renato. *A Função Política da Magistratura* . Artigo disponível em: <http://www.tj.ro.gov.br/emeron/revistas/revista5/02.htm>. Consultado em 16.jun.2005

_____. *O Juiz e o Acesso à Justiça*. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1994.
PASSOS, J. J. Calmon de. *Súmula Vinculante*. Artigo disponível em: <http://www.profpito.com/doutrinabrasileira13.html>. Consultado em 14.mai.2005

PISTORI, Gerson Lacerda. *Dos Princípios do Processo: os princípios orientadores*. São Paulo: LTr, 2001.

POLETTI, Ronaldo Rebello de Britto. *Súmula Vinculante*. Artigo disponível em http://www.unb.br/fd/colunas_Prof/ronaldo_poletti/poletti_08.htm. Consultado em 14. jul. 2005.

PUOLI, José Carlos Baptista. *Os Poderes do Juiz e as Reformas do Processo Civil*. São Paulo : Juarez de Oliveira, 2001.

ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. *Sobre a Súmula Vinculante*. Artigo disponível em: <http://www.teiajuridica.com/artigos.htm>. Consultado em 14.mai.2005.

SÁ, Djanira Radamés de. *Súmula Vinculante: Análise de sua Adoção*. Belo Horizonte : Del Rey, 1996.

SANTOS, Boaventura de Souza; MARQUES, Maria Manuel Leitão; Pedroso, João e Ferreira, Pedro Lopes. *Os Tribunais nas Sociedades Contemporâneas: o caso português*. Edições Afrontamento.

_____. *Introdução à Sociologia da Administração da Justiça*, in *Direito e Justiça: a função do judiciário*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1994.

SILVA, Evandro Lins e. *Crime de Hermenêutica e Súmula Vinculante*. Artigo disponível em: <http://campus.fortunecity.com/clemson/493/jus/m05-011.htm>. Consultado em 14.mai. 2005.

SILVA, José Anchieta da. *A Súmula de Efeito Vinculante no Direito Brasileiro: Um Problema e não uma Solução*. 1.ed.2ª tir., Belo Horizonte : Del Rey, 1999.

STRECK, Lenio Luiz. *Súmulas no Direito Brasileiro: eficácia, poder e função: a ilegitimidade constitucional do efeito vinculante*. 2º ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

_____. *Efeito Vinculante: desmi(s)tificações necessárias acerca dos projetos de reforma do Judiciário*. Artigo disponível em: http://www.femargs.com.br/revista01_streck.html. Consultado em 14.mai.2005.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. *O Judiciário e a Constituição*. São Paulo : Saraiva, 1994.

TURBAE, Yuri. *Súmula Vinculante: A Ameaça para a Democracia Constitucional*. Artigo disponível em: <http://www.netflash.com.br/justicavirtual/artigos/art150.htm> Consultado em 15.mai.2005.